



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL

Autarquia Municipal criada pela Lei nº 032/PMC/84

TIPO: 6 - Volume de Processo

Cacoal - RO, 11-outubro-2021

ASSUNTO/MOTIVO:

SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICO

Nº 255002 / 2021

Processo Referência

1-255/2021

Requerente:

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - CACOAL/RO

Observação:

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, APOIO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO.

MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

**S
A
A
E**

DESTINO		DATA		DESTINO		DATA	
1	SALA DA COORDENAÇÃO	11/10/2021	20				
2			21				
3			22				
4			23				
5			24				
6			25				
7			26				
8			27				
9			28				
10			29				
11			30				
12			31				
13			32				
14			33				
15			34				
16			35				
17			36				
18			37				
19			38				

TERMOS DE ABERTURA DE VOLUME

PROCESSO 255/2021.

Atestado para os devidos fins, encerramento volume I, processo Nº 255/2021 - REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, APOIO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO, a partir da folha 322. E início do volume II, a partir da folha 323.

Cacoal, 11 de outubro de 2021.



Daniel Ferreira da Silva
Presidente Comissão de Licitação
Portaria 057/SAAE/2021

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOA
 AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

Processo Administrativo Nº 255/2021
 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOA



QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	EMPRESA 1 - AFS EMPREENHIMENTOS E SERVIÇOS	EMPRESA 2 - CSF COMÉRCIO E SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELLI	EMPRESA 3 - COMPLIANCE EMPREENHIMENTOS	EMPRESA 4 - RONDOLIMP SOLUÇÕES	VALOR MÉDIO UNITÁRIO MENSAL DO SERVIÇO	VALOR MÉDIO TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO - MÊS	VALOR MÉDIO ANUAL DO SERVIÇO
LOTE 1										
1	Secretária Administrativa, CBO: 4110-05, 40 horas semanais.	10	Serviço	R\$ 5.062,32	R\$ 5.097,63	R\$ 4.817,47	R\$ 4.983,20	R\$ 4.990,16	R\$ 49.901,55	R\$ 598.818,60
2	Secretária Executiva, 40 horas semanais, CBO: 2323-05.	3	Serviço	R\$ 7.144,39	R\$ 7.168,24	R\$ 6.811,21	R\$ 6.997,34	R\$ 7.030,30	R\$ 21.090,89	R\$ 253.090,62
3	Atendente Comercial, CBO: 4211-05, 40 horas semanais.	5	Serviço	R\$ 4.882,85	R\$ 4.919,14	R\$ 5.184,87	R\$ 4.809,59	R\$ 4.949,11	R\$ 24.745,56	R\$ 296.946,75
4	Atendente de Telemarketing, CBO: 4223-15, 40 horas semanais.	4	Serviço	R\$ 4.279,78	R\$ 4.319,42	R\$ 4.078,23	R\$ 4.226,22	R\$ 4.225,91	R\$ 16.903,65	R\$ 202.843,80
5	Técnico em segurança do trabalho, 40 horas semanais, CBO: 3516-05.	1	Serviço	R\$ 6.910,25	R\$ 6.971,99	R\$ 6.598,01	R\$ 6.817,79	R\$ 6.824,51	R\$ 6.824,51	R\$ 81.894,12
6	Projetista/Cadista, 40 horas semanais, CBO: 3185-10.	3	Serviço	R\$ 9.139,04	R\$ 10.084,47	R\$ 9.554,69	R\$ 9.747,95	R\$ 9.631,54	R\$ 28.894,61	R\$ 346.735,35
7	Auxiliar de encanador, 40 horas semanais, CBO: 7241-10.	8	Serviço	R\$ 5.108,72	R\$ 4.166,16	R\$ 4.826,24	R\$ 4.077,14	R\$ 4.544,57	R\$ 36.356,52	R\$ 436.278,24
8	Encarregado de obras, 40 horas semanais, CBO: 7102-05.	1	Serviço	R\$ 8.200,40	R\$ 6.920,25	R\$ 7.746,99	R\$ 6.756,11	R\$ 7.405,94	R\$ 7.405,94	R\$ 88.871,25
9	Auxiliar de Pedreiro, 40 horas semanais, CBO: 7170-20.	3	Serviço	R\$ 5.108,72	R\$ 4.166,16	R\$ 4.826,24	R\$ 5.013,67	R\$ 4.778,70	R\$ 14.336,09	R\$ 172.033,11
VALOR CORRESPONDENTE AO ESTIMADO DO LOTE 1:										R\$ 2.477.511,84
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	EMPRESA 1 - AFS EMPREENHIMENTOS E SERVIÇOS	EMPRESA 2 - CSF COMÉRCIO E SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELLI	EMPRESA 3 - COMPLIANCE EMPREENHIMENTOS	EMPRESA 4 - RONDOLIMP SOLUÇÕES	VALOR MÉDIO UNITÁRIO MENSAL DO SERVIÇO	VALOR MÉDIO TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO MÊS	VALOR MÉDIO ANUAL DO SERVIÇO
LOTE 2										
1	Auxiliar de limpeza/servente de limpeza, CBO: 5143-20, 40 horas semanais.	3	Serviço	R\$ 5.861,76	R\$ 5.521,91	R\$ 5.861,76	R\$ 5.026,95	R\$ 5.568,10	R\$ 16.704,29	R\$ 200.451,42
VALOR CORRESPONDENTE AO ESTIMADO DO LOTE 2:										R\$ 200.451,42
VALOR TOTAL DO LOTE 1 + 2=										R\$ 2.677.963,26

Nota 1:	O critério utilizado para análise dos preços foi o da MÉDIA dos preços.
Nota 2:	O valor correspondente perfaz o valor dos postos de trabalho que englobam as incidências previdenciárias, fiscais e trabalhistas, lucros da empresa e demais encargos, como assim dispõe o Termo de Referência.
Nota 3:	O valor total estimado da Cotação de Preços perfaz a quantia de R\$: 2.677.963,26 (Dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos)
Nota 4:	O valor total estimado diz respeito ao quantitativo orçado compreendido nas demandas totais dos postos de trabalho anual.
Nota 5:	No que tange as Cotações de preços, julgando a conveniência e questões legais, postos de trabalho foram retirados do referido processo administrativo.

Daniel Ferreira da Silva
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação
 Portaria nº 57/SAAE/2021

Karina Souza Bernardo
 Karina Souza Bernardo
 Chefe de Gabinete
 Portaria nº 57/SAAE/2021

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

329

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS** visando a contratação de empresa para locação e gestão de mão de obra de serviços continuados de limpeza e conservação, apoio operacional e apoio administrativo, para atender as necessidades deste Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

2. DA RELAÇÃO DAS UNIDADES QUE SERÃO ATENDIDAS

2.1. Atender as demandas deste Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, bem como a todos àqueles que utilizam direta e indiretamente dos serviços prestados por esta Autarquia, esta que atende todo o arco municipal e distrital deste município de Cacoal/RO.

2.2. Tal contratação compreende atender os departamentos, chefias, coordenações e supervisão desta Autarquia, de acordo com as suas respectivas necessidades, compreendidos assim, postos de trabalho em regimes de trabalho que serão designados neste Termo de Referência.

2.3. Em especial, a futura contratação visa o atendimento das ETE (Estação de Tratamento e ETA (Estação de Tratamento de Água), unidade de captação e elevatórios, englobando, por conseguinte o atendimento a área Administrativa e Operacional desta Autarquia.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de manutenção, construção, conserto, limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis, copeiragem, recepção, atividades administrativas, incluindo a mão de obra e material de identificação da empresa (uniforme).

3.2. De modo a garantir o suprimento das demandas executadas por esta Autarquia.

3.3. A presente justificativa, realizada observada as questões atinentes as necessidades atuais e futuras, visa motivar a contratação pretendida nestes autos, em atendimento ao que preceitua a Legislação aplicável, em especial o contido nas Leis Federais n. 8.666/93 e 10.520/2002.

3.4. Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidades estimadas no processo, em razão do consumo, foram elaboradas por esta Coordenação de Recursos Humanos, na qualidade de setor demandante destes serviços, de modo a garantir a estimativa de acordo com as requisições necessárias, garantindo responsabilidade perante o uso dos recursos públicos.

2

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

3.5. O SAAE, visando a eficiência dos serviços prestados à toda municipalidade e distritos, com a contratação de empresa especializada na gestão e locação de mão de obra de profissionais capacitados com aprimoramento técnico, busca o bem-estar social em diversas áreas correlatas, para que assim, conduza de maneira mais humanitária, acessível e atuante o desenvolvimento desta cidade.

3.6. Uma vez que existe a necessidade de atingir a finalidade pública e assegurar a continuidade de trabalhos, desafogamento das demandas de servidores e auxílio à população que eventualmente busca às instalações das Unidades.

3.7. A presente contratação tem por objetivo assegurar ambiente asseado de maneira que ofereça aos usuários e servidores condições necessárias ao bom desempenho de suas atividades e manter o zelo ao patrimônio público do Município.

3.8. Além do mais, na atual conjuntura desta Autarquia, diante do alto índice em relação à folha de pagamento e a preocupação para que não haja descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação nesses termos faz-se indubitavelmente vantajosa para a Administração Pública.

3.9. A contratação em referência refere-se a serviços a serem executados para este Serviço de Águas que necessitam de ambientes eficientes, acessíveis, com boa manutenção e seguros para melhor atendimento à população.

3.10. Esta contratação atende aos princípios básicos da administração pública, disposto na Constituição Federal, que trata da economicidade e interesse público.

3.11. Onde a administração pública consegue atingir aos seus objetivos com menor custo e maior eficiência através da contratação dos serviços e a permanente fiscalização.

3.12. Considerando a necessidade de investir na melhoria da infraestrutura e recuperação predial pertencentes à esta Autarquia.

3.13. Ademais, em razão da reestruturação predial executando diversas ações pactuadas com o advento dentre elas: as ações programáticas de atendimento e ampliação dos atendimentos por este SAAE.

3.14. Considerando que com a tal contratação contribuirá para a eficiência dos servidores e consumidores desta Autarquia, obviamente beneficiadas possuam ambiente apropriado à saúde e ao bem-estar.

4. DA JUSTIFICATIVA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O Sistema de Registro de Preço Permanente (SRP) torna-se o procedimento mais adequado ao presente processo licitatório, considerando que o serviço na integralidade é um serviço oneroso.

4.2. Assim, as demandas serão empenhadas conforme solicitadas desta Autarquia que necessita do serviço, contratando quando as respectivas necessidades surgirem.



4.2. O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com suas necessidades.

4.3. O Registro de Preços é um sistema que visa a uma racionalização nos processos de contratação de compras públicas e de prestação de serviços. Sua finalidade precípua é maximizar o princípio da economicidade, permitindo à Administração Pública celebrar o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade, sempre precedido de licitação, qualquer que seja o valor efetivo a ser praticado em cada situação específica.

4.4. Os serviços serão adquiridos através de **Registro de Preços**, devidamente regulamentado pelo **Decreto Nº. 5.538/PMC/2015**, por um período de 12 (doze) meses, podendo este ser prorrogável por igual período, observado o interesse da CONTRATANTE, nas condições preestabelecidas pelo Decreto mencionado, tendo como pontos que merecem maior destaque:

Art. 17. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

Art. 20. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 21. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador, por meio da Coordenação de Registro de Preços convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Art. 22. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

4.5. Vale salientar que esse procedimento de compra é adequado, pois não há obrigatoriedade da contratação do total estimado e a Administração poderá efetivar o empenho somente quando houver a necessidade.

4.6. Levando em conta as prerrogativas acima descritas JUSTIFICA-SE a necessidade do registro de preços para pretensa aquisição constante neste termo de referência, conforme discriminação e quantitativos estabelecidos. Sendo que estes compõem uma estratégia de apoio administrativo ao fluxo de atividades na prestação de serviços prestados à população atendida pelo Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Cacoal.

Dessa forma, conceitua o jurista Hely Lopes Meirelles:

"O Sistema de Registro de Preços – SRP é o conjunto de procedimentos para registro e assinatura em Ata de Preços que os interessados se comprometem a manter por um determinado período, para contratações futuras de compras ou de serviços frequentes, a serem realizadas nas quantidades solicitadas pela Administração e de conformidade com o instrumento convocatório da licitação."

4.7. Trata-se, portanto, de uma ferramenta que tem como objetivo a contratação de serviços e aquisições de bem por meio de compatibilização entre princípios da legalidade e eficiência.

4.8. Sistema de Registro de Preços permite à Administração contratar serviços e adquirir bens de forma célere e eficiente, valendo-se de um cadastro de preços previamente elaborado por meio de licitação, na modalidade pregão eletrônico, conforme legislação 8.666/93, art. 15. *ipsis verbis*:

"As compras, sempre que possível, deverão:

[...]

II - Ser processadas através de sistema de registro de preços;

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições." (**grifo nosso**)

4.9. Entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações, transformando-se, por isso, em uma alternativa útil para a gestão de contratações pela Administração Pública.

4.10. A adoção ao Sistema de Registro de Preços por esta Administração objetiva os princípios da transparência, economicidade, competitividade, isonomia e ainda melhorias na organização no sistema de consumo e logística, onde podemos almejar o consumo como base somente na mão de obra que será



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

utilizada e necessária, possibilitando um consumo regrado e racional, evitando-se eventuais desperdícios e mal uso de recursos públicos.

5. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

5.1. O quantitativo estimado fora levantado por meio de estudo técnico, observada as necessidades atuais e futuras deste Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Cacoal.

6. DA JUSTIFICATIVA DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços, de suma importância para os serventuários deste Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal e população em geral que usufruam dos serviços prestados, justificam-se pela necessidade detalhada:

Do serviço de **Secretária Administrativa**, CBO: 4110-05:

Visando a celeridade dos trâmites de processos administrativos, a contratação de tal serviço se deve a demandas auxiliares aos serventuários do SAAE.

Prestarão as atividades de auxílio a organização e auxílio na elaboração de documentos, eficiência dos trabalhos prestados por esta municipalidade, em conformidade com as requisições do posto de trabalho, faz-se necessária a contratação de tal serviço pela expertise que tal profissional desempenhará diante as demandas a serem colaboradas.

Do serviço de **Secretária Executiva**, CBO: 2523-05:

Consoante as demandas e necessidades das chefias, faz-se necessária a contratação de serviços de secretariado executivo, dada a inexistência de servidores na referida função, este que consistirá na adoção de medidas de melhorias as práticas administrativas, controle de agenda de sua chefia, organização e produção das atividades administrativas que fora designado.

Do serviço de **Atendente Comercial**, CBO: 4211-05:

A contratação de tal serviço se deve a necessidade de atendimento e condução da população em geral nas unidades, a fundamental requisição de tal cargo se deve ao esclarecimento de dúvidas, resoluções simples de requisições e, caso necessário, o encaminhamento do atendido a caminhos que o levem a resolução de problemas.

Do serviço de **Atendente de Telemarketing**, CBO: 4223-15:

Tal serviço se torna primordial no período atual em virtude as orientações de distanciamento social, prefere-se que as demandas sejam resolvidas de modo remoto, devendo o contato primordial ser filtrado.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

A contratação de tal mão de obra configura o interesse público, a comodidade daqueles que necessitam de informações, de certo a colaboração com os servidores do SAAE, diminuindo a quantidade de demandas, flexibilizando e implantando meio de atendimentos mais interativos.

Do serviço de **Técnico de Segurança do Trabalho**, CBO: 3516-05.

Dada a necessidade de prevenir acidentes e proporcionar aos profissionais maior segurança, a contratação de tal serviço se dá em razão de não possuímos em nossa ficha funcional tal profissional.

Desse modo, se configura o interesse coletivo em tal contratação, como meio de adaptarmos em resoluções de proteção aos servidores e segurança no trabalho.

Dos serviços de **Projetista/Cadista**. CBO: 3185-10.

Em virtude da necessidade da produção de desenhos técnicos, a necessidade da contratação se dá em virtude das ações programáticas desenvolvidas pela Coordenação de Engenharia e Projetos desta autarquia.

A referida prestação dos serviços, se dará de modo profissional, com a utilização de mecanismos como AutoCAD, Aisbuilt, dentre outros tipos de desenhos gráficos da mesma relevância, voltados a construção civil, nas áreas: hidrossanitários, projetista, estrutural e demais.

Dos serviços de **auxiliar de encanador** CBO: 7241-10.

A contratação dessas mãos de obras consiste na promoção de melhorias das Unidades que prestam o atendimento a população, a estes profissionais incumbirá a responsabilidade de realizar reparos, substituições, renovações e consertos em geral nas áreas hidráulicas e elétricas, as requisições de tais serviços compreenderão apenas

Dos serviços de **encarregado de obras**, CBO: 7102-05:

Este profissional atuará com auxílios em geral as necessidades de observância as atividades prestadas de cunho operacional, correlatas a construção civil, reparos, consertos, produção de estruturas de alvenarias e demais estruturas que se fizerem necessárias.

Dos serviços de **auxiliar de pedreiro**, CBO: 7170-20:

Auxiliará o pedreiro e atuará em demandas que o designarem concernentes a demandas da construção civil.

Dos serviços de **auxiliar de limpeza/servente de limpeza**, CBO: 5143-20.

Manter e preservar a limpeza de ambientes, proporcionando um ambiente limpo e aconchegante para os servidores, consumidores e visitantes.

6.2. As atividades desempenhadas pelos servidores terceirizados levarão em conta os dispositivos definidos no CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) e demais legislações, tratados e convenções pertinentes ao serviço a ser prestado, de tal modo que as requisições concernentes à instrução da mão de obra seja balizada conforme as normas recomendatórias



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

de ocupações.

6.3. O regime de trabalho compreenderá a **jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, no período diurno, compreendidos entre os dias de segunda-feira à sexta-feira, com exceções dos feriados nacionais, estaduais, municipais e pontos facultativos.**

6.4. O horário de trabalho será definido pelo Departamento demandante, podendo este ser entre **às 07h30min às 11h30min com intervalo para almoço de 2 (duas) horas, com retorno às 13h30min até às 17h30min.**

6.5. As disposições contidas no item 6.4. poderá ser ajustado em conformidade com as requisições e necessidades do departamento/coordenação requisitante, bem como a ciência do servidor, sempre respeitando às 8 (oito) horas de trabalho diárias e 2 (duas) horas de descanso intrajornada, correspondendo a totalidade de 40 (quarenta) horas semanais.

7. DA DIVISÃO EM LOTES

7.1. A organização dos itens em lotes, se justifica em função de uma eventual economia, em observância a realidade do mercado, e assim apresentar um potencial benefício ao erário, considerando que se contratado os fornecimentos em lotes, evidencia o mecanismo de "economia de escala", levando a administração a celebrar contratos mais vantajosos, reduzindo o preço final das contratações, conforme estabelece o § 1º, art. 23, da Lei nº 8.666/93, que:

"As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se **comprovarem técnica e economicamente viáveis**, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à **ampliação da competitividade**, sem perda da economia de escala".

(grifo nosso)

7.2. Assim, não pode a administração, pela conveniência, dividir em itens, fornecimento que possam ser executados em conjunto ou simultaneamente, visto sua similaridade, deixando que várias empresas sejam declaradas vencedoras por itens semelhantes, estes que poderiam estar agrupados em lotes, prejudicando assim, o valor global da proposta, essa devendo ser em MENOR VALOR POR LOTE.

7.3. A divisão do Lote 2 (dois), no que diz respeito apenas à contratação de mão de obra e gestão de pessoas para promover a **limpeza e conservação**, versa, precipuamente, atender os dispositivos da Lei 123/06, bem como, atender a gama de empresas enquadradas e cadastradas no Simples Nacional.

Art. 18. (...)

§ 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

(...) VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

7.4. Assim, conclui-se que a atividade de conservação e limpeza de imóveis, por se enquadrar no § 5º-C, VI, do art. 18, da LC 123/2006, não determinará sua exclusão do SIMPLES Nacional.

7.5. Contudo, caso a empresa declarada vencedora seja optante do SIMPLES, ela será excluída de tal condição, considerando que as demais atividades, não se enquadram nas exceções previstas. Desse modo, versando o atendimento da Legislação específica e, o respeito a Lei 8.666/93, que institui o princípio da economicidade como basilar para as aquisições e contratações.

7.6. A referida divisão se sustenta, ainda mais, pois referir-se-á, se vencida a licitação por uma empresa cadastrada no Simples Nacional, economia a esta prefeitura do município de Cacoal/RO, em virtude da diminuição da arrecadação de impostos e encargos, logo, configura-se o interesse público, nestes termos.

7.7. Desta forma, levando-se em consideração o princípio da economicidade, esta Administração Pública posiciona-se em dividir em Lotes, de modo que, ampliará a participação no referido certame a empresa optante pelo SIMPLES Nacional, de modo que, a economia resultante do referido lote surte benefício ao erário.

7.8. A referida divisão, encontra-se devidamente fundamentada no que tange a legalidade, como assim vemos, na Lei Geral de Licitações, N° 8.666/93, *in verbis*:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

*IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para **aproveitar as peculiaridades do mercado**, visando **economicidade**.*

Grifo nosso.

7.9. A pretensa contratação, com o intuito de evitar a pulverização com pequenos contratos que irão à contramão dos princípios norteadores da administração pública, atendendo assim ao que estabeleceu o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia por meio da DECISÃO N° 263/2014 – PLENO, que tratou de Proposta de Enunciado Sumular, fixando condições cumulativas para a utilização do critério de julgamento menor preço por lote em procedimentos licitatórios, como se vê, *in verbis*:

*"I – Aprovar o seguinte Projeto de Súmula: "A Administração Pública em geral deverá restringir a utilização do critério de julgamento menor preço por lote, ressaltando-a àquelas situações em que a fragmentação em itens acarretar a perda do conjunto; **perda da economia de escala**; redundar em prejuízos à celeridade da licitação; ocasionar a excessiva pulverização de contratos ou resultar em*



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

contratos de pequena expressão econômica, observadas as seguintes condições cumulativas:

(grifo nosso)

a) **apresentar justificativa** que demonstre a motivação para a utilização do critério de julgamento **menor preço por lote**;

b) [...]

c) *proceder ao agrupamento por lote de itens que guardem homogeneidade entre si, isto é, considerando-se a natureza e características dos itens, possam ser fornecidos por um mesmo fornecedor, concretizando, assim, os princípios da competitividade e igualdade.*

7.10. A presente justificativa, foi elaborada consoante as necessidades na contratação e expertise desta autarquia, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável, em especial o contido nas Leis Federais n. 8.666/93 e 10.520/2002.

8. DOS UNIFORMES QUE PRESTARÃO OS SERVIÇOS

8.1. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados, desde início da execução dos serviços, uniformes NOVOS, cujos modelos tenham sido aprovados pela Diretoria Administrativa e Presidência desta Autarquia, submetendo-os previamente à avaliação da fiscalização do serviço de segurança da CONTRATANTE;

8.1.1. Após a entrega do primeiro uniforme, a CONTRATADA deverá substituí-los por novos, de 06 (seis) em 06 (seis) meses, sendo no mínimo, dois uniformes do tipo camiseta por funcionário, independentemente do estado em que se encontrem.

8.2. A CONTRATADA também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido acima, cabendo a esta a instrução aos seus serventuários de zelarem por seus uniformes.

8.3. Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados aos seus empregados.

8.4. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima de Cacoal/RO, e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, duráveis e que não desbotem facilmente.

8.5. Os uniformes deverão conter o emblema da CONTRATADA, de forma visível, na própria camisa.

8.6. Às empregadas da CONTRATADA que estejam gestantes deverão ser fornecidos uniformes apropriados, substituindo-os sempre que necessário.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

8.7. Os uniformes deverão ser entregues aos empregados da CONTRATADA, mediante recibo em relação nominal, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao responsável pela fiscalização da prestação dos serviços.

8.8. Os uniformes deverão seguir um padrão, sendo o indicado por esta Autarquia: Camisa (a cargo da CONTRATADA), calça jeans preta ou azul e sapato fechado, preferencialmente nas cores: branca, preta ou azul escuro.

8.9. A utilização dos uniformes é OBRIGATÓRIA, cabendo sanções em casos reiterados da não utilização dos mesmos.

8.10. No que diz respeito apenas ao "Lote 2", deverá, a CONTRATADA fornecer os insumos necessários para a utilização, não devendo, em nenhuma hipótese, esses insumos repassados aos seus respectivos servidores.

8.11. No que diz respeito ao Lote 2, tratando-se de serviço de limpeza e conservação, além do serviço de mão de obra, a empresa vencedora da licitação fornecerá os seguintes produtos, devendo estes compor a planilha de custo, compreendendo o valor fixo de R\$ 300,00 (trezentos reais) por empregado, distribuídos, nos itens abaixo especificados:

- AROMATIZANTE DE AMBIENTES AEROSSOL CONTENDO NO MÍNIMO 360 ML;
- BALDE PLÁSTICO 12 LT;
- BALDE PLÁSTICO 20 LITROS;
- PANO DE CHÃO FLANELADO 80X90;
- PANO DE PRATO EM ALGODÃO, BRANCO, TAMANHO MÍNIMO 40X68 CM.
- CERA LÍQUIDA ALTO BRILHO PARA PISO, COR: INCOLOR EMBALAGEM DE 850 ML;
- DESINFETANTE LÍQUIDO DE 05 LITROS, ESSÊNCIAS VARIADAS;
- DESODORIZADOR SANITÁRIO EM GEL ADESIVO, 38GR, COM APLICADOR. MODELO EM QUE O GEL ADERE AO VASO SANITÁRIO, DISPENSANDO O USO DE CESTINHAS OU SUPORTES;
- ESPONJA PARA LIMPEZA DUPLA FACE;
- ESCOVA SANITÁRIA, EM PLÁSTICO, COM SUPORTE, PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO;
- DETERGENTE LÍQUIDO DE 500 ML, COM BICO DOSADOR;
- ESPONJA DE LA DE ACO PACOTE COM 08 UNIDADES;
- LIMPADOR MULTIUSO 500ML, TENDO A TAMPA COM ABERTURA E ESGUICHO;
- LIMPA PISO COM EMBALAGEM DE 5L EXTRA FORTE, PARA LIMPEZA DE CÊRAMICA, DESINCRUSTANTE;
- RODO COM BASE DE PLÁSTICO DE 40 CM COM 02 BORRACHAS E CABO;
- SABÃO EM PÓ, CAIXA COM 500 GRAMAS, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE;
- PAPEL TOALHA 2 ROLOS COM 60 FOLHAS CADA; TAM.: 20 X 22 cm;
- SABONETE LÍQUIDO 5 L, ESSÊNCIA VARIADAS;

[assinatura]

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

- SACO DE LIXO - 100 LITROS, NA COR AZUL OU PRETA, REFORÇADO. MEDINDO 75CM DE LARGURA X 105CM DE ALTURA, COM VARIAÇÃO NAS MEDIDAS DE 1CM. EMBALAGEM PLÁSTICA, ROLOS COM 25 UNIDADES;
- SACO DE LIXO - 30 LITROS, NA COR AZUL OU PRETO, REFORÇADO. DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS COM 59CM DE LARGURA X 62CM DE ALTURA, COM VARIAÇÕES NAS MEDIDAS DE 1CM. ROLOS COM 100 UNIDADES.
- VASSOURA CERDAS LONGAS EM POLIPROPILENO COM CABO PLASTIFICADO.
- PÁ PLÁSTICA FABRICADA EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA, COM O CABO DE ATÉ 79 CM.

8.12. Os materiais relacionados acima, deverão, ser prestados contas, que, deverão corresponder ao valor fixo convencionado no item 8.11..

8.13. Os objetos e insumos acima descritos, poderão, considerando a conveniência, serem substituídos por materiais similares ou superiores, observadas a necessidade e utilização de cada um deste ao campo de utilização específico.

8.14. No que tange ao Lote 1, os materiais necessários para a plena execução dos serviços, não haverá a necessidade de fornecimento de insumos e materiais por parte da empresa contratada, sendo de responsabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, o fornecimento destes para que seja realizada a plena execução dos serviços.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Atestados de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a prestação dos serviços pertinentes ou compatíveis com as características, quantidades e prazos do objeto a ser licitado, em que:

a) entende-se por compatível ou pertinente em características o (s) atestado (s) que em sua soma ou individualidade contemplem os serviços continuados de limpeza e conservação, apoio operacional e administrativo.

b) entende-se por pertinente e compatível em quantidade o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente serviços com as especificações demandadas no objeto deste termo, com pelo menos **30% (trinta por cento)** do quantitativo previsto dos serviços discriminados neste Termo de Referência.

c) entende-se por pertinente e compatível em prazo o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente serviços com as especificações demandadas deste termo, com pelo menos **30% (trinta por cento)** do quantitativo previsto dos serviços discriminados neste Termo de Referência.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

9.1.1. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da administração.

9.1.2. Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificada no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

10. DO PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1. A VENCEDORA DO CERTAME LICITATÓRIO, EM POSSE DA RESPECTIVA NOTA DE EMPENHO, DEVERÁ INICIAR A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTIDOS NA REQUISIÇÃO REALIZADA POR MEIO DA NOTA DE EMPENHO NO PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS.

10.2. AS PRESTAÇÕES DOS SERVIÇOS SERÁ REALIZADA NA AV. FLORIANÓPOLIS, 1747, BAIRRO LIBERDADE, CACOAL/RO, conforme quantitativo e descrição dos serviços constante na Nota de Empenho, solicitado pela gerência de registro de preços;

10.3. O local da prestação dos serviços, deste Termo de Referência, ficará a cargo da Diretoria Administrativa/Chefe do Departamento Solicitante, ou outro servidor por ele designado;

10.4. A vencedora do certame licitatório iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho;

10.5. Caso a empresa vencedora do certame não seja do município de Cacoal/RO, as despesas decorrentes de instalação de sede/filial/representação, conforme disposto na solicitação no item 9.2. deste termo de referência, ficarão a cargo da contratada;

10.6. A empresa contratada deverá prestar os serviços, em conformidade com as normas técnicas e as especificações constantes no presente Termo de Referência e Nota de Empenho, conforme leis, decretos, atos normativos e convenções que regem tal contratação, para que não venha causar danos ao erário público;

10.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 (doze) meses, podendo este ser prorrogável por igual período, contados a partir da publicação da ata, conforme art. 19 do Decreto Municipal nº 5.538/PMC/15, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço no Município.

10.8. RECEBIMENTO:



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

10.8.1. Em conformidade com o artigo 73, inciso I da Lei nº. 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, O serviço da presente licitação será recebido:

I. **PROVISORIAMENTE** – pela Diretoria Administrativa/Gabinete ou Chefe do Dep. de Serviços Externos e Diretora Téc. Operacional, mediante termo de recebimento, após a chegada do servidor às dependências do SAAE;

II. **DEFINITIVAMENTE** – por comissão de fiscalização designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, comprovando a adequação dos serviços prestados, cumprimento das horas diárias de trabalho e conformidade do servidor com as requisições mínimas, observada aos termos contratuais;

10.8.2. O prazo para recebimento definitivo dar-se-á pelo período de (cinco) dias, encaminhando neste prazo a respectiva Nota Fiscal para pagamento, conforme definido no item 8 deste Termo de Referência.

10.8.3. A conferência e recebimento dos serviços ficarão sob responsabilidade do SAAE, através de servidor devidamente designado para tal finalidade, pertencente ao quadro do setor técnico.

10.8.4. Caso o serviço prestado estiver fora das especificações deste termo de Referência, tanto no RECEBIMENTO PROVISÓRIO, ou antes, do RECEBIMENTO DEFINITIVO deverá ser substituído no prazo máximo de 5 dias consecutivos, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Autarquia SAAE.

10.8.5. Se a substituição do objeto a ser fornecido/entregue não for realizada no prazo estipulado e a contento, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas em Lei.

10.8.6. Se houver comprovadamente dificuldades de entregar os materiais, poderá ser dispensado das sanções, desde que informe por escrito com antecedência de até 2 (dois) dias úteis antes do prazo final.

12. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (AROM).

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

13.1. As obrigações da Contratada são as resultantes da aplicação da Lei nº. 8.666/93, demais normas pertinentes, bem como, às previstas neste instrumento;

13.1. Fornecer, sem qualquer ônus para além dos já convencionados, serviços de boa qualidade, observadas as condições básicas para o pleno cumprimento dos serviços, cabendo a CONTRATADA a seleção de seus funcionários;

13.2. Comunicar ao órgão solicitante, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

13.3. Além das demais obrigações exigidas em Lei, a empresa detentora do Registro deverá:

13.4. Fornecer os serviços de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela disciplina, em tempo hábil, em caso de mal desempenho do profissional ou mal comportamento;

13.4.1. Caso seja informada da necessidade de substituição de servidor terceirizado, esta substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos;

13.5. Manter durante todo a duração do contrato as condições de habilitação;

13.6. Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes trabalho quando em decorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da CONTRATANTE;

13.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei;

13.8. Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relacionar com o fornecimento dos materiais.

13.9. Torna-se obrigação da CONTRATADA, caso não seja da cidade de Cacoal/RO, instalar, em Cacoal/RO, sede, filial ou representação, dotada de infraestrutura administrativa e técnica, adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do contrato.

13.10. Torna-se obrigação da CONTRATADA, a responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados a Administração Pública e servidores da CONTRATANTE, dentro da área e/ou dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens desta Prefeitura e de terceiros, seja por omissão, furto ou negligência por culpa exclusiva de seus empregados, nos casos devidamente comprovados.

13.11. Torna-se obrigação da CONTRATADA, designar mão de obra qualificada consoante a natureza dos serviços a serem prestados, observando questões ligadas a nível de escolaridade, cursos técnicos, carteira de habilitação e questões de habilitação técnica conforme definido pelo CBO e CCT, etc.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

13.12. Torna-se obrigação da CONTRATADA, não possuir menores empregados em seu quadro funcional, salvo em casos previstos em lei, no que se refere aos menores aprendizes ou estagiários.

13.13. Torna-se obrigação da CONTRATADA o início da prestação de serviços na cidade de Cacoal/RO, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e recebimento da nota de empenho, ou quaisquer documentos da mesma natureza, podendo este período, ser prorrogável por mais 10 (dez) dias, caso expedida a declaração de caso fortuito, força maior e/ou fato do príncipe, que impossibilitaram a execução dos serviços no prazo acordado.

13.14. Torna-se obrigação da contratada, a gestão do banco de horas de seus servidores, cabendo a esta o pagamento aos seus empregados em casos de horas extras, adicionais noturnos, bem como, administrar que, os serviços contratados sejam plenamente executados de acordo com os serviços empenhados em Nota de Empenho.

13.15. Torna-se obrigação da contratada, a gestão e serviços de mão de obra em casos que necessitar de diárias em virtude de viagens externas em demandas auxiliares ou demais necessidades que porventura a CONTRATANTE necessitar.

13.16. Ficará a cargo da empresa a gestão do banco de horas da mão de obra a qual presta os serviços, cabendo a esta, a administração no que tange ao banco de horas extras etc, devendo prestar contas à CONTRATANTE.

13.16.1. Das horas extras: a empresa vencedora, remunerará as horas extras de seus empregados, com o percentual de 50% (cinquenta por cento) em relação a hora normal nos dias compreendidos de segunda a sábado e 100% (cem por cento) nos dias de domingo e feriados (nacional, estadual e municipal) de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei 13.467/2017.

13.16.2. É obrigação da empresa dispor de mão de obra de serviços em casos que necessitar de viagens, intermunicipais e interestaduais, cabendo a Secretaria demandante o referido pagamento, que seguirá nos parâmetros delimitados pela Convenção Coletiva de Trabalho - RO000072/2021, em que:

- Aos empregados deslocados para trabalho fora do local de domicílio, a empresa deverá adiantar a quantia de R\$ 265,00 (Duzentos e sessenta e cinco reais) por dia, para fins exclusivos de refeições e pernoite em viagens dentro do Estado de Rondônia. ✓
- Quando as viagens forem para fora do Estado de Rondônia, no mínimo, o valor deverá ser de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais). ✓

13.16.2.1. As diárias ainda que habituais, não terão incidência de encargos previdenciários e trabalhistas.

13.17. O Auxílio Alimentação, conforme dispõe a CCT RO00072/2021, compreenderá no valor mensal de R\$ 440,00 (Quatrocentos e quarenta reais) e torna-se obrigação da empresa contratada o referido repasse aos empregados prestadores da mão de obra.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

13.18. O Auxílio Transporte, conforme dispõe a CCT, deverá ser repassado aos empregados da empresa CONTRATADA, sendo este, compreendido no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), conforme dispõe a Cláusula décima sétima, parágrafo sétimo da CCT RO00072/2021.

13.19. Não serão aceitos, para fins de mão de obra empregados da empresa contratada nas condições de Estágio e/ou Menor/Jovem Aprendiz, devendo a Administração Pública recusar a prestação dos referidos serviços.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Colocar-se à disposição da contratada para o esclarecimento de possíveis dúvidas quanto ao cumprimento do objeto do presente Termo de Referência;

14.2. Efetuar o pagamento, em conformidade com as disposições definidas neste Termo de Referência;

14.3. Rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados em desconformidade com as necessidades deste SAAE e discrepantes as solicitações realizadas na Nota de Empenho;

14.4. Notificar a contratada, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei 8.666/93;

14.5. Notificar por escrito à contratada, a ocorrência de eventuais problemas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a devida correção.

14.6. Promover ambientes dignos de trabalho, observadas questões ligadas à dignidade humana.

14.7. Designar servidores responsáveis para exercer a fiscalização do contrato e o fiel cumprimento dos dispositivos deste Termo de Referência.

14.8. Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relacionar com o fornecimento dos materiais referente ao Lote 2.

14.9. Torna-se obrigação da CONTRATADA, caso não seja da cidade de Cacoal/RO, instalar, em Cacoal/RO, sede, filial ou representação, dotada de infraestrutura administrativa e técnica, adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do contrato.

14.10. Torna-se obrigação da CONTRATADA, a responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados a Administração Pública e servidores da CONTRATANTE, dentro da área e/ou dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens desta Autarquia e de terceiros, seja por omissão, furto ou negligência por culpa exclusiva de seus empregados, nos casos devidamente comprovados.

14.11. Torna-se obrigação da CONTRATADA, designar mão de obra qualificada consoante a natureza dos serviços a serem prestados, observando questões ligadas a nível de escolaridade, cursos técnicos, carteira de habilitação e questões de habilitação técnica conforme definido pelo CBO e CCT, etc.

14.12. Torna-se obrigação da CONTRATADA, não possuir menores empregados em seu quadro funcional, salvo em casos previstos em lei, no que se refere aos menores aprendizes ou estagiários.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

14.13. Torna-se obrigação da CONTRATADA o início da prestação de serviços na cidade de Cacoal/RO, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e recebimento da nota de empenho, ou quaisquer documentos da mesma natureza, podendo este período, ser prorrogável por mais 10 (dez) dias, caso expedida a declaração de caso fortuito, força maior e/ou fato do príncipe, que impossibilitaram a execução dos serviços no prazo acordado.

14.14. Torna-se obrigação da contratada, a gestão do banco de horas de seus servidores, cabendo a esta o pagamento aos seus empregados em casos de horas extras, adicionais noturnos, bem como, administrar que, os serviços contratados sejam plenamente executados de acordo com os serviços empenhados em Nota de Empenho.

14.15. Torna-se obrigação da contratada, a gestão e serviços de mão de obra em casos que necessitar de diárias em virtude de viagens externas em demandas auxiliares ou demais necessidades que porventura a CONTRATANTE necessitar.

14.16. Ficará a cargo da empresa a gestão do banco de horas da mão de obra a qual presta os serviços, cabendo a esta, a administração no que tange ao banco de horas extras etc, devendo prestar contas à CONTRATANTE.

14.16.1. Das horas extras: a empresa vencedora, remunerará as horas extras de seus empregados, com o percentual de 50% (cinquenta por cento) em relação a hora normal nos dias compreendidos de segunda a sábado e 100% (cem por cento) nos dias de domingo e feriados (nacional, estadual e municipal) de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei 13.467/2017.

14.16.2. É obrigação da empresa dispor de mão de obra de serviços em casos que necessitar de viagens, intermunicipais e interestaduais, cabendo a Secretaria demandante o referido pagamento, que seguirá nos parâmetros delimitados pela Convenção Coletiva de Trabalho - RO000072/2021, em que:

- Aos empregados deslocados para trabalho fora do local de domicílio, a empresa deverá adiantar a quantia de R\$ 265,00 (Duzentos e sessenta e cinco reais) por dia, para fins exclusivos de refeições e pernoite em viagens dentro do Estado de Rondônia.
- Quando as viagens forem para fora do Estado de Rondônia, no mínimo, o valor deverá ser de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais).

14.16.2.1. As diárias ainda que habituais, não terão incidência de encargos previdenciários e trabalhistas.

14.17. O Auxílio Alimentação, conforme dispõe a CCT RO00072/2021, compreenderá no valor mensal de R\$ 440,00 (Quatrocentos e quarenta reais) e torna-se obrigação da empresa contratada o referido repasse aos empregados prestadores da mão de obra.

14.18. O Auxílio Transporte, conforme dispõe a CCT, deverá ser repassado aos empregados da empresa CONTRATADA, sendo este, compreendido no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), conforme dispõe a Cláusula décima sétima, parágrafo sétimo da CCT RO00072/2021.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

14.19. Não serão aceitos, para fins de mão de obra empregados da empresa contratada nas condições de Estágio e/ou Menor/Jovem Aprendiz, devendo a Administração Pública recusar a prestação dos referidos serviços.

15. SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

15.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas deste Termo de referência, serão aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e Lei 12.846/2013, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório, bem como as infrações abaixo elencados:

I – Advertência;

II – Multa, nos seguintes percentuais:

a) No atraso injustificado da prestação do serviço contratado, descumprimento das obrigações previstas neste termo de referência ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 10% (dez por cento);

b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);

c) No caso de atraso injustificado para substituição da mão de obra, conforme disposto no item 11.4.1., 0,5% (cinco centésimos por cento) ao dia sobre o valor do produto, incidência limitada a 10 (dez) dias;

d) Na hipótese de atraso injustificado para substituição da mão de obra, que, na hipótese do item 11.4.1., necessitar ser substituído, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor da contratação;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas "a", "b", "c" e "d" quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

f) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas "a" e "b", poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no Inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

III – Inadimplemento absoluto das obrigações sujeita o contratado à aplicação das seguintes multas:

a) Pelo descumprimento total, será aplicada multa de 10% sobre o valor contratado;

b) Pelo descumprimento parcial, será aplicada multa de até 5% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida;

IV – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Autarquia, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com o Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com fulcro no Art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

17.2. A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

17.3. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

18. FORMA DE PAGAMENTO

18.1. Após a prestação do serviço, o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/fatura devidamente certificada pelo setor competente ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidada, observando se ainda, o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo de Referência.

18.2. O Departamento Administrativo deste Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal-RO, efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da data da liquidação da despesa;

18.3. A futura contratada deverá apresentar obrigatoriamente, junto a respectiva Nota Fiscal/fatura, as certidões demonstrando sua regularidade fiscal;

18.4. Por ocasião do pagamento será verificado se a futura contratada mantém todas as condições jurídicas que habilitaram no certame, ou seja, a comprovação de que se encontra quites junto a Fazenda Nacional, Estadual, Municipal, INSS; FGTS e Justiça do Trabalho (certidão negativa).

18.5. Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito,



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

tendo por base a data do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento. Serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM: Encargos moratórios;

N: Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP: Valor da parcela em atraso;

I: Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim,

apurado: $I = i \times 365$ $I = 6/100 \times 365$ $I = 0,00016438$.

19. DO PAGAMENTO E DA CONTA DEPÓSITO VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E DO FGTS

19.1. Mensalmente o processo será instruído com a nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços executados no período e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o aceite da documentação necessária para a devida liquidação;

19.2. No dia 20 de cada mês, a Contratada deverá apresentar relatório acompanhado de guias pagas dos recolhimentos de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, bem como, impostos como IR, CSLL, PIS, COFINS, dentre outros obrigatórios por lei. Deverá vir acostado também, cópia das folhas de ponto, relatório e protocolo de envio da GFIP/SEFIP e contracheques assinados referentes à fatura imediatamente anterior.

19.3. Após análise da documentação necessária, a Comissão de Fiscalização solicitará que a Contratada emita a nota fiscal referente aos serviços prestados, em observância aos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº. 4.320/64, combinado ao disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna (princípio da eficiência), onde deverão constar obrigatoriamente as seguintes referências:

- a) Objeto da prestação de serviço;
- b) Número do processo que deu origem à contratação;
- c) Número do contrato celebrado com esta Municipalidade;
- d) Número da conta e agência do beneficiário.

19.4. Será comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais da sua situação junto ao FGTS, INSS, TST, Tribunal de Justiça, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme preceitua o art. 29 da Lei 8.666/93, antes de efetuar qualquer pagamento devido;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

19.5. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após o aceite da documentação necessária para a devida liquidação, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

19.6. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e da reapresentação;

19.7. Havendo na Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância que desaprove a liquidação e a despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras necessárias;

19.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha transcorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Departamento Administrativo desta Autarquia, correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da fórmula abaixo. Caberá a CONTRATADA a iniciativa e o encargo dos cálculos.

$EM = I \times N \times VP$
EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela paga

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,0001644$, assim apurado: $I = (TX) \ I = (6/100) \ I = 0,0001644 \ 365$
 $365 \ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

19.9. Com base na súmula n.º 331, do Tribunal Superior do Trabalho, visando à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, a CONTRATANTE destacará do valor mensal do Contrato, e depositará em conta depósito vinculada (bloqueada para movimentação) os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário, encargos e verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRATADA envolvidos na execução do contrato, em consonância com o disposto no art. 19-A, c/c a prescrição constante no anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02/2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- Parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

e) O saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

19.10. A CONTRATANTE firmará Termo de Cooperação Técnica com a Instituição Financeira, conforme modelo inserto no Anexo IX da IN SLTI n.º 02/2008, o qual determinará os termos para a abertura da conta depósito vinculada específica e as condições de sua movimentação.

19.11. A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, via Ofício, antes da celebração do Contrato, a abertura de conta depósito vinculada (bloqueada para movimentação).

19.12. A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, no ato da regularização da conta depósito vinculada, a assinatura de termo de autorização que permita ter acesso aos respectivos saldos e extratos.

19.13. Os valores provisionados na conta depósito vinculada somente serão liberados para o pagamento das verbas trabalhistas, nas seguintes condições:

a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

b) Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

c) Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;

d) Ao final da vigência do contrato, para o pagamento de verbas rescisórias; e

e) O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

19.14. A movimentação da conta depósito vinculada será efetivada mediante autorização da CONTRATANTE, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

19.14.1. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização à CONTRATANTE para utilizar os valores da conta depósito vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

19.14.2. Para a liberação dos recursos da conta depósito vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

19.14.3. A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, dirigida à instituição financeira oficial no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

19.14.4. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, o comprovante das transferências bancárias porventura realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.14.4.1. A não disponibilização dos documentos exigidos no subitem anterior caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação da penalidade prevista neste Termo de Referência.

19.15. O saldo remanescente da conta depósito vinculada será liberado à CONTRATADA, na fase do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, somente após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados.

19.16. A CONTRATANTE, fundamentada no inciso V, do Art. 19-A, da instrução Normativa SLTI/MP n.º 02/2008, exigirá, no momento da assinatura do contrato, a autorização da CONTRATADA para fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

19.17. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS poderá ensejar o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.18. Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a CONTRATADA:

19.18.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

19.18.2. Deixar de utilizar os recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com quantidade inferior à demandada.

19.18.3. Não repasse dos vales-transporte e alimentação aos empregados alocados na execução dos serviços contratados.

20. DA FISCALIZAÇÃO

20.1. A empresa contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Comissão de Fiscalização do Contratado, esta designada por Portaria, responsabilizada por acompanhar a fiel execução do contrato e adimplemento das condições que incumbe o CONTRATANTE.

21. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E VALOR ESTIMADO



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

21.1. Na licitação para Registro de Preços, não é obrigatório indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

21.2. A pesquisa de preços fora realizado pela Comissão de Licitação desta Autarquia, apurando os valores praticados no mercado, por meio de pesquisa detalhada de preços.

21.3. O valor estimado da pretensa contratação perfaz o valor de: R\$ 2.677.963,26 (Dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e sei centavos).

22. DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO

22.1. As futuras contratações provenientes da Ata de Registro de Preços, durante o período de sua vigência, poderão ser instrumentalizadas por meio de instrumento de contrato ou nota de empenho em substituição ao contrato, que terá força obrigacional e vinculará a licitante à sua proposta, Ata e ao Edital de Licitação respectivo, sem prejuízo das demais obrigações decorrentes de Lei.

22.2. Os eventuais contratos firmados deverão ser a sua vigência limitada aos créditos orçamentários referentes ao exercício financeiro da sua assinatura, conforme prevê o art. 57, caput, da Lei nº 8.666/93.

23. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS POSTOS DE TRABALHO

Posto de trabalho de **Secretária Administrativa**, CBO: 4110-05:

- Atuar com as demandas auxiliares aos serventuários de cunho administrativo do SAAE;
- Atividades de auxílio a organização e auxílio na elaboração de documentos;
- Auxiliar na eficiência dos trabalhos prestados por esta municipalidade no que tange as atribuições administrativas desta Autarquia;
- Colaboração as demandas de arquivologia;
- Colaboração e auxílio as atividades de confecção de documentos, planilhas;
- Auxílio as demandas de organização;
- Atuarão com as atividades inerentes a CCT, CBO e demais normativas que disciplinem o tema.

Do posto de trabalho de **Secretária Executiva**, CBO: 2523-05:

- Atuarão em consonância as demandas e necessidades das chefias, de maneira auxiliar;
- Auxílio ao controle de agenda de sua chefia;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

- Auxílio a organização e produção das atividades administrativas que fora designado;
- Auxílio e colaboração as atividades inerentes ao executivo;
- Auxílio as demandas de recepção e atendimento;
- Atuarão com as atividades inerentes a CCT, CBO e demais normativas que disciplinem o tema.

Do posto de trabalho de **Atendente Comercial**, CBO: 4211-05:

- Auxiliar no atendimento presencial do público em geral;
- Auxiliar no fornecimento de informações;
- Auxiliar na condução do público no perímetro da Autarquia;
- Atuarão com as atividades inerentes a CCT, CBO e demais normativas que disciplinem o tema.

Do posto de trabalho de **Atendente de Telemarketing**, CBO: 4223-15:

- Auxiliar no atendimento nas mídias sociais do SAAE;
- Auxiliar no atendimento via telefone;
- Auxiliar no atendimento via WhatsApp, Instagram, Twitter e demais mídias sociais correlatas;
- Atuar com nível animosidade, cordialidade, prestatividade aos consumidores desta Autarquia;
- Atuarão com as atividades inerentes a CCT, CBO e demais normativas que disciplinem o tema.

Do posto de trabalho de **Técnico em Segurança do Trabalho**, CBO: 3516-05.

- Atuará com as disposições correlatas as NBR;
- Atuará com a missão de criar um ambiente de trabalho o mais seguro;
- Atuando na prevenção de acidentes;
- Atuará com as atividades ligadas a Segurança do Trabalho;
- Colaborará com as demandas operacionais do SAAE, de modo a prevenir seguridade aos trabalhadores da Atividade-Fim deste SAAE;
- Atuarão com as atividades inerentes a CCT, CBO e demais normativas que disciplinem o tema.

Do posto de trabalho de **Projetista/Cadista**, CBO: 3185-10:

- Auxiliará na elaboração de desenhos técnicos;
- Auxiliará na elaboração de desenhos técnicos em softwares aplicados aos campos da engenharia civil, engenharia sanitária, engenharia elétrica, engenharia sanitarista, arquitetura e demais necessidades voltadas a construção civil;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

- Auxiliará na elaboração de desenhos hidrossanitários;
- Auxiliará na elaboração de plantas-baixas;
- Auxiliará na elaboração de croquis;
- Auxiliará na elaboração de mapas voltados a identificação de terrenos;
- Auxiliará na elaboração de desenhos aplicados as matérias: sanitárias, hidráulicas e construção civil;
- Auxiliará no manuseio de softwares de composição de preços de obras;
- Auxiliará no manuseio de softwares voltados a engenharia em geral.
- Atuarão com as atividades inerentes a CCT, CBO e demais normativas que disciplinem o tema.

Do posto de trabalho **Auxiliar de Encanador**, CBO: 7241-10:

- Auxiliará os encanadores do SAAE nas demandas de praxe, condicionadas a reparos, consertos, aberturas de buracos e demais necessidades auxiliares incumbidas aos auxiliares;
- Atuarão com as atividades inerentes a CCT, CBO e demais normativas que disciplinem o tema.

Do posto de trabalho de **Encarregado de obras**, CBO: 7102-05:

- Encarregado de auxiliar nas demandas conveniadas a Construção Civil;
- Encarregado a auxiliar a conduzir os mecanismos, profissionais e insumos necessários a execução da obra;
- Encarregado a auxiliar as atividades de cunho operacional;
- Encarregado a auxiliar pedreiros e auxiliar de pedreiros;
- Atuarão com as atividades inerentes a CCT, CBO e demais normativas que disciplinem o tema.

Do posto de trabalho de **Auxiliar de Pedreiro**, CBO: 7170-20:

- Auxiliar o Pedreiro nas atividades de construção civil;
- Auxiliar o Pedreiro em reparos, consertos e demais atividades voltadas a construção;
- Atuarão com as atividades inerentes a CCT, CBO e demais normativas que disciplinem o tema.

Do posto de trabalho de **Auxiliar de Limpeza/Servente de Limpeza**, CBO: 5143-20:

- Atuará no campo da limpeza;
- Atuará no campo da conservação da limpeza e asseio de móveis, instrumentos, cômodos, piso, superfícies e demais dependências desta Autarquia;
- Atuarão com as atividades inerentes a CCT, CBO e demais normativas que disciplinem o tema.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

23. ANEXO

23.1. O seguinte processo administrativo tem como anexos os seguintes documentos:

ANEXO I - Descrição dos serviços, quantitativo;

ANEXO II: Proposta de preços detalhada.

VALOR FINAL DOS SERVIÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	Nº DE POSTOS DE TRABALHO (A)	PREÇO MENSAL DO POSTO UNITÁRIO (R\$) (B)	PREÇO ANUAL TOTAL (R\$) (AxBx12)
1	POSTO MENSAL DE TRABALHO - SECRETÁRIA EXECUTIVA. 40 HORAS SEMANAIS. CBO: 2523-05. (INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS ETC.)	10	R\$ 4.990,16	R\$ 598.819,20
2	POSTO MENSAL DE TRABALHO - SECRETÁRIA EXECUTIVA. 40 HORAS SEMANAIS. CBO: 2523-05. (INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS ETC.)	3	R\$ 7.030,30	R\$ 253.090,80
3	POSTO MENSAL DE TRABALHO - ATENDENTE COMERCIAL. CBO: 4211-05. 40 HORAS SEMANAIS. (INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS ETC.)	5	R\$ 4.949,11	R\$ 296.946,60
4	POSTO MENSAL DE TRABALHO - ATENDENTE DE TELEMARKETING. CBO: 4223-15. 40 HORAS SEMANAIS. (INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS ETC.)	4	R\$ 4.225,91	R\$ 202.843,68
5	POSTO MENSAL DE TRABALHO - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO. 40 HORAS SEMANAIS. CBO: 3516-05. (INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS ETC.)	1	R\$ 6.824,51	R\$ 81.894,12
6	POSTO MENSAL DE TRABALHO - PROJETISTA / CADISTA. 40 HORAS SEMANAIS. CBO: 3185-10. (INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS ETC.)	3	R\$ 9.631,54	R\$ 346.735,44
7	POSTO MENSAL DE TRABALHO - AUXILIAR DE ENCANADOR. 40 HORAS SEMANAIS CBO: 7241-10. (INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS ETC.)	8	R\$ 4.544,57	R\$ 436.278,72
8	POSTO MENSAL DE TRABALHO - ENCARREGADO	1	R\$ 7.405,94	R\$ 88.871,28



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

	DE OBRAS. 40 HORAS SEMANAIS. CBO: 7102-05. (INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS ETC.)			
9	POSTO MENSAL DE TRABALHO - AUXILIAR DE PEDREIRO – 40 HORAS SEMANAIS. CBO: 7170-20. (INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS ETC.)	3	R\$ 4.778,70	R\$ 172.033,20
Valor estimado do Lote 1:				R\$ 2.477.513,04
Lote 2				
1	Auxiliar de Limpeza / Servente de Limpeza. CBO: 5143-20. 40 horas semanais.	3	R\$ 5.568,10	R\$ 200.451,60
Valor estimado do Lote 2:				R\$ 200.451,60
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: (Dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)				R\$ 2.677.964,64

ANEXO II – MODELO E ESCLARECIMENTOS DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DE CADA SERVIÇO

Obs: especificar, para cada serviço orçado, a planilha de composição dos preços abaixo:

Dados para composição dos custos, LOTE 1:

- Os valores do Salário Base deverão levar como referência, obrigatoriamente, os valores correspondentes ao teto salarial da categoria, estas previamente definidas em CCT - RO000072/2021.
- Valor Transporte: 100,00 (Cem reais), com base na CCT RO000072/2021;
- Valor do Auxílio Alimentação: 440,00 (Quatrocentos e quarenta reais), com base na CCT RO000072/2021;
- Não será necessário o fornecimento de materiais e/ou equipamentos para a prestação dos serviços depreendidos no Lote 1.

Dados para composição de custos, LOTE 2:

- Os valores do Salário Base deverão levar como referência, obrigatoriamente, os valores correspondentes ao teto salarial da categoria, estas previamente definidas em CCT.
- Valor Transporte: 100,00 (Cem reais), com base na CCT RO000072/2021;
- Valor do Auxílio Alimentação: 440,00 (Quatrocentos e quarenta reais), com base na CCT RO000072/2021;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

- Valor do Auxílio Alimentação: 440,00 (Quatrocentos e quarenta reais), com base na CCT RO000072/2021;
- No que diz respeito aos materiais a serem ofertados, estes, deverão ter o custo fixo de R\$ 300,00 reais por empregado, os quais, deverão devidamente ser atestados os valores gastos por meio de Nota Fiscal, vide item 8.11. do Termo de Referência.
- No que tange os postos de trabalho de Auxiliar de Limpeza/Servente de Limpeza, o grau de insalubridade fixado no teto (40% (quarenta por cento)), em virtude do referido serviço ser destinado exclusivamente para o **âmbito da limpeza**, nos termos da Súmula 448, II, do TST e art. 189 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

DADOS GERAIS		
A	Data de apresentação da proposta	
B	Município/UF	Cacoal/RO
C	Ano de acordo, convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	2021
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses
E	Tipo de Serviço	
F	Unidade de medida (horas semanais/escala)	
G	Quantidade a ser contratada	

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

UNIDADE DE MEDIDA – TIPOS E QUANTIDADES		
1	Tipo de serviço	Quantidade
	Quantidade de Posto de trabalho	
2	Salário normativo da categoria profissional	R\$
3	Categoria profissional vinculada à execução contratual	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	QUANT.	VALOR (R\$)
A	Salário base	1	
B	Adicional de insalubridade		
C	Etapas		
D	Gratificação de Praticagem		
E	Gratificação de Comando		



MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	VALOR (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio Alimentação	
C	Cesta Básica	
D	Prêmio Assiduidade	
E	Seguro de vida, invalidez e auxílio funeral	
F	Benefício Social e Familiar	
G	(PCMSO, PPRA, CIPA e LTCAT)	
H	Outros	
Valor total dos benefícios mensais e diários:		
Se marcado o campo "outros" especificar o tipo de benefício.		

MÓDULO 3 – UNIFORMES

3	UNIFORMIZAÇÃO	VALOR (R\$)
A	UNIFORME	
B	Materiais/Equipamentos	

OBS: Preencher apenas para a composição dos preços do Lote 2, valor fixo de **R\$ 300,00 (Trezentos reais)**

MÓDULO 4 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1. – Encargos previdenciários e FGTS			
4.1.	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	SAT (RAT AJUSTADO)		
C	Salário Educação		
D	SESC ou SESI		
E	SENAI – SENAC		
F	SEBRAE		
G	INCRA		

[assinatura]

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

H	FGTS		
I	Outros		
Total			R\$
Se marcado o campo "outros" especificar o tipo de encargos.			

OBS: Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são estabelecidos por legislação vigente e deverão ser respeitados na composição dos custos.

OBS: Percentuais estes incidentes sobre a remuneração.

Submódulo 4.2. – 13º Salário e Adicional de férias			
4.2.	13º Salário	%	Valor (R\$)
A	13º Salário		
B	Adicional de férias		
Subtotal			
C	Incidência do Submódulo 4.1. s/13º salário e adic. férias		
Total			R\$

Submódulo 4.3. – Afastamento maternidade			
4.3.	Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade		
B	Incidência do submódulo 4.1. sobre Afastamento Maternidade		
Total			R\$

Submódulo 4.4. – Provisão para rescisão			
4.4.	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado		
E	Incidência do submódulo 4.1. sobre aviso prévio trabalhado		
F	Multa do FGTS do aviso prévio detalhado		

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL
AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

Total		R\$
--------------	--	-----

Submódulo 4.5. – Outros			
4.5.	Outros (especificar)	%	Valor (R\$)
A			
Total			R\$

Quadro resumo – módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas			
4.	Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas	%	Valor (R\$)
4.1.	Encargos previdenciários e FGTS		
4.2.	13º Salário + adicional de férias		
4.3.	Afastamento maternidade		
4.4.	Custo de rescisão		
4.5.	Outros (especificar)		
Total			R\$

Módulo 5 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
5.	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	IRPJ		
	CSLL		
	C1. Tributos Federais (COFINS e PIS)		
	C2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C3. Tributos Municipais (ISS)		
	C4. Outros tributos (especificar)		
Total			R\$

OBS: Custos indiretos, tributo e lucro por empregado.

OBS: O valor referente aos tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL

AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI Nº. 032/PMC/84

E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$
	Valor total por empregado	R\$
	Valor total do posto de serviço	R\$

OBS: A referida planilha de composição de custos acima referir-se-á um modelo.

O preenchimento da Planilha de Composição de Custos é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, devendo esta, cumprir os ditames da **Instrução Normativa N° 05/2017**, sob caráter de desclassificação.



Cacoal/RO, 07 de outubro de 2021.

DANIEL FERREIRA DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitações do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal



KARINA SOUZA BERNARDO

Membro da Equipe de Apoio "A" da Comissão Permanente de Licitações do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal

Portaria N° 074/SAAE/2021



CINTIA GOMES DE SANTANA

Coordenadora de Recursos Humanos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, **APROVA** o Termo de Referência pertinente e respectivas despesas em conformidade com a Lei.



Cacoal-RO, 07 de outubro de 2021.

THIAGO DOS SANTOS TEZZARI

Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal



SERVICO AUTONOMO DE AGUA E
ESGOTO DE CACOAL - SAAE

PROCESSO

Tipo:6 - Volume de Processo
Ano: 2021 Numero: 255002

ORIGEM	DATA/HORA	DESTINO
11	11/10/2021 17:14	DIRETORIA AI
Página: 1		

Status: **Encaminhado**

PAPELETA DE ACOMPANHAMENTO

Requerente: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - CACOAL/RO

Assunto: SERVIÇOS DE TERCEIROS

Despacho e Encaminhamento:

INDICAR COMISSÃO PARA REALIZAR CERTAME

Processo nº 455/2021
Folha nº 358
Ass.: ✓

Enviado por:

SALA DA COORDENAÇÃO JURÍDICA

Daniel Ferreira da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria nº 57/SAAE/2021

Recebido por:

SALA DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA -
FINANCEIRA

PORTARIA SAAE Nº 74/2021

de Marketing de
Certifico que: E-57A
PORTARIA

ou publicado no mural desta Autarquia

em 16.07.2021

Ass. Resp. Karina S. Bernardo

Dispõe sobre a nomeação de servidores para compor a comissão de pregoeiros e equipe de apoio.

O Presidente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

Considerando a necessidade de instituir as equipes de pregão conforme disposto no art. 1º Resolução Nº 09/SAAE/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para compor comissão de Pregoeiros e Equipe de Apoio (Equipe A) do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal - SAAE.

Pregoeiro: Daniel Ferreira Da Silva	Matrícula n. 280
Pregoeiro Substituto: Jhonathan Cardoso Silva	Matrícula n. 296
Membro/Equipe de Apoio: Carlos Wagner Silveira Da Silva	Matrícula n. 319
Membro/Equipe de Apoio: Evandro Cesar Kreitlow	Matrícula n. 307
Membro/Equipe de Apoio: Karina Souza Bernardo	Matrícula n. 413
Membro/Equipe de Apoio: Alexandre Welber Da Silva Araujo	Matrícula n. 303

Art. 2º - As atividades inerentes a esta comissão fara jus de uma de Gratificação Especial por participação de servidor como membro de Equipe de Apoio em Comissão de Licitação e Pregão quando houver efetiva realização de certame licitatório, observado o quantum previsto no artigo 54-D da Lei N. 2.716/PMC/10.

Art.3º - Entra esta portaria em vigor na data de sua publicação.

Cacoal - RO, 15 de julho de 2021.

Thiago dos Santos Tezzari

THIAGO DOS SANTOS TEZZARI

Presidente do SAAE - Cacoal

Decreto 8.018/PMC/2021

360



**SERVICO AUTONOMO DE AGUA E
ESGOTO DE CACOAL - SAAE**

PROCESSO

Tipo: 6 - Volume de Processo

Ano: 2021 **Numero:** 255002

ORIGEM	DATA/HORA	DESTINO
RETORIA ADMIN	11/10/2021 17:23	CPL

Página: 1

Status: **Encaminhado**

PAPELETA DE ACOMPANHAMENTO

Requerente: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - CACOAL/RO

Assunto: SERVIÇOS DE TERCEIROS

Despacho e Encaminhamento:

DESPACHO:

Processo nº 255/21

Folha nº 361

Ass.: ✓

A Diretoria Administrativa e Financeira do SAAE, considerando a necessidade do SAAE dar prosseguimento na licitação referente a registro de preço para Contratação de Locação de Mão de Obra para atender as necessidades do SAAE, remete os autos do processo n.º 0255/2021, ao comissão Permanente de licitação para conhecimento e deliberação para a comissão de pregoeiro e equipe de apoio (A) indicada por esta diretoria de acordo com a portaria 074/2021.

Atenciosamente

Ademilson Marques da Silva
Dir. Administrativo e Financeiro

Enviado por:

Ademilson M de Silva

SALA DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA -
FINANCEIRA

Recebido por:

CPL-SALA DA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO

Daniel Ferreira da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria nº 57/SAE/2021

Journal of Management Education 30(6)

DEFINIÇÃO DE MODALIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **255/2021**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº15/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, APOIO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO.

VALOR TOTAL: R\$ 2.677.963,26 (dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos).

O processo administrativo vem instruído de:

- Solicitação para abertura de processo seguida de respectiva autorização;
- Memória de Cálculo com manutenção dos veículos dos últimos 2 (dois) anos
- Cotações Prévias juntamente com quadro médio de valores cotados;
- Relatório de Cotação (Quadro Comparativo);
- Termo de Referência;

Considerando que se trata de **objeto comum** conforme o disposto no Parágrafo único da Lei nº 10.520/02, a **modalidade de licitação a ser adotada será o pregão.**

De acordo com o disposto no parágrafo único, do art. 33, da Lei nº 3.696/PMC/16, a seguir a justificativa acerca da decisão para realização do **pregão na forma eletrônica**. Vejamos:

Considerando a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO - no processo nº 3384/2011, que determinou ao Município de Cacoal no inciso II a realização de pregão eletrônico em detrimento do presencial.

Ainda, considerando a Súmula 06/2014/TCE-RO, que versa acerca da preferência pela modalidade pregão na forma eletrônica em detrimento ao presencial, que assim dispõe:

Alexandre Walter da Silva Araújo
Gerente de Administração e Patrimônio
Portaria SAAE nº 108/SAAE/2021

Para a contratação de bens e serviços comuns deve ser utilizada, preferencialmente, a modalidade pregão na forma eletrônica. A utilização de modalidade e forma diversas, por se tratar de via excepcional, deve ser precedida de robusta justificativa que demonstre que ensejará resultado economicamente mais vantajoso que a modalidade pregão na forma eletrônica.

Considerando que para o objeto em tela a licitação realizada na rede mundial de computadores, internet, aumentará o universo empresas interessadas no certame, propiciando à Autarquia maior economia e a seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, **foi decidido realizar a licitação na modalidade pregão forma eletrônica**, e não presencial como disposto no art. 33 da Lei 3.696/PMC/2016.

O certame será conduzido por servidor do ente, denominado Pregoeiro (conforme o Resolução nº 09/SAAE/2021, art. 3, § único), com o Auxílio da Equipe de Apoio (A), referente a portaria nº 074/SAAE/2021 e conforme indicação pelo diretor Administrativo financeiro.

Neste processo a responsabilidade pela condução dos trabalhos será do Pregoeiro **Jhonathan Cardoso Silva**

Outrossim, informamos que o Pregoeiro e Equipe de Apoio deverá, antes da elaboração do edital, verificar se foram aferidas as informações abaixo, caso o processo não tenha sido conferido, deverá realizar o procedimento, para evitar prejuízos no certame, sob pena de responsabilização:

- 1) Se todas as folhas estão devidamente numeradas;
- 2) Se os documentos estão devidamente assinados pelos responsáveis;
- 3) Se os documentos estão devidamente datados;
- 4) Se as cópias de documentos juntados aos autos estão com o carimbo de confere com o original;
- 5) Se as cotações prévias não estão rasuradas;
- 6) Se nas cotações prévias constam a assinatura do servidor responsável pela mesma;

Alexandre Welber da Silva Araújo
Gerente de Arquivo e Patrimônio
Portaria SAAE nº 108/SAAE/2021

Handwritten text at the bottom left corner, likely bleed-through from the reverse side of the page. The text is faint and illegible.

- 7) Se nas cotações realizadas via e-mail, foram juntados os comprovantes de envio aos autos;
- 8) Se o valor do termo de referência está em consonância com a solicitação de despesa e declaração de adequação orçamentária;
- 9) Analisar a descrição do objeto e tendo dúvidas quanto à especificação, observar se parece estar direcionada, incorreta, obscura ou malfeita, motivar as razões e devolver o processo à origem para saneamento, pois tais falhas podem levar a aquisição/contratação desnecessária ou em desconformidade com a real demanda/necessidade da Administração Pública;
- 10) Se para o objeto for necessária exigência de garantia e/ou assistência técnica, e se a informação consta no termo de referência;
- 11) Sendo o recurso oriundo de convênio, verificar se foram juntadas aos autos cópias do instrumento contratual e verificar a vigência do mesmo;
- 12) **Se for registro de preços**, verificar se no termo consta a solicitação do julgamento por item ou lote, nos termos do art. 11 do dec. nº 5.538/PMC/2015, se inexistir a informação, proceder à licitação com o julgamento por item;
- 13) Verificar se o órgão de origem fundamentou alguma exigência específica em razão do objeto a ser licitado, se sim, levar a informação para o edital;
- 14) Verificar as penalidades que constam no termo de referência, pois pode variar conforme o órgão solicitante levá-las para o edital;
- 15) Se o termo de referência foi aprovado pela Autoridade Competente do órgão;
- 16) Se o prazo de entrega/execução é considerado exíguo. Vale lembrar que o Município de Cacoal já foi notificado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), acerca do prazo de entrega/execução que não poderá ser exíguo. Conforme Decisões nº 82/2013/TCE-RO/GCPCN e 033/2014/TCE-RO/GCPCN e 033/2014/TCE-RO/GCPCN.
- 17) Se na descrição do objeto ou no termo de referência há indicação dos termos **"primeira qualidade/linha"**. Lembrando que o Município de Cacoal também já foi notificado pelo TCE-RO, acerca da definição do objeto que precisa ser suficiente e precisa e não poderá conter os termos citados conforme a Decisão nº 033/2014/TCE-RO/GCPCN
- 18) **Deverá** constar no edital o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado

Handwritten text, possibly a signature or date, located in the lower right quadrant of the page.

às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP - MPES), ou conforme o caso (licitação EXCLUSIVA e/ou com COTA RESERVADA e o CRITERIO DE DESEMPATE DE 5% para os itens que não forem destinados às MPES), tudo de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela LC nº 147/14) e Lei Municipal nº 3.696/PMC/2016;

Cacoal/RO dia 11 de setembro de 2021.


Jhonathan Cardoso Silva

Pregoeiro

Portaria nº 074/2021


Evandro Cesar Kreitlow

Membro/Equipe de Apoio

Portaria nº 74/2021


Karina Souza Bernardo

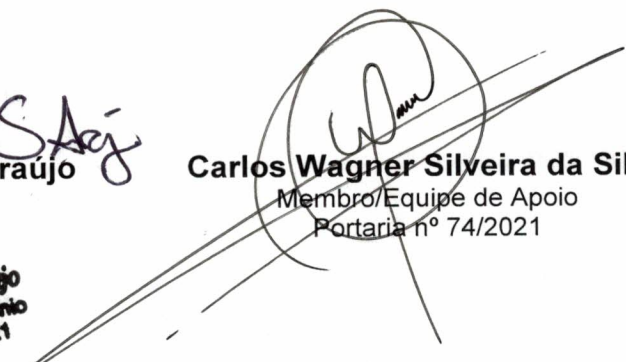
Membro/Equipe de Apoio

Portaria nº 74/2021


Alexandre Welber da Silva Araújo

Membro/Equipe de Apoio

Portaria nº 74/2021


Carlos Wagner Silveira da Silva

Membro/Equipe de Apoio

Portaria nº 74/2021


Alexandre Welber da Silva Araújo
Gerente de Administração e Patrimônio
Portaria SAAE nº 160/SAAE/2021

Handwritten text, likely bleed-through from the reverse side of the page. The text is faint and illegible.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021 Processo Nº: 255/GLOBAL/2021

AMPLA PARTICIPAÇÃO

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Data da Abertura: 25/10/2021

Horário para Início da Sessão: 10:00h (Brasília-DF)

Local: No endereço eletrônico www.licitanet.com.br

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacaoal, através do(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, nomeado(a) por força das disposições contidas na **Portaria nº 074/SAAE/2021**, com sede na Rua Florianópolis, 1747 - Liberdade, na cidade de Cacaoal Estado de Rondônia torna público que, devidamente autorizada pelo Prefeito Municipal, na forma do disposto nos processo administrativo nº **255/GLOBAL/2021**, que no dia, hora e local indicados no presente edital, será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO** julgado pelo valor do **LOTE**, realizado por meio da internet, no site: www.licitanet.com.br.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

- * Endereço: Rua Florianópolis, nº 1747, Liberdade – Cacaoal - RO
- * Pregoeiro: Jhonathan Cardoso Silva
- * E-mail: compras@saaecacaoal.com.br
- * Fone/Fax: 69 3443-1207 / 201.

Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente nos sites: www.saaecacaoal.com.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.saaecacaoal.com.br/portalttransparencialicacoes>) e www.licitanet.com.br, bem como no Mural do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacaoal, jornal de Circulação Diária Regional Associação Rondoniense dos Municípios/AROM (www.diariomunicipal.com.br/arom).

1. CONDIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.
- 1.3 Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacaoal Rondônia, com certificação digital.
- 1.4 Todos os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília – DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

2. DISPOSIÇÕES LEGAIS

2.1 O certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, Decreto Federal 10.024/2019, DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013, do Decreto Municipal nº 2.510-APMC/2005 e alterações e Lei Municipal nº 2.591/PMC/2005 de 10.11.2005 Decreto Municipal nº 3077/PMC/2007 de 10.09.2007 e suas alterações e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078 de 11/09/90), Lei Complementar 123/2006 e 147/2014 e do disposto no presente edital e Decreto Municipal 5.538/2015.

3. DO OBJETO

3.1 O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS DE LOCAÇÃO E GESTÃO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS CONTINUADOS**, (Sistema de Registro de Preços - SRP), pelo período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE em Cacaoal-RO, conforme quantidades, condições e especificações técnicas minuciosamente descritas nos anexos do edital.

3.2 As quantidades mencionadas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I) não implicam na obrigatoriedade de aquisição de tais quantidades pela Administração Pública, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

- 4.1 A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:
 - a) No que se refere aos **Lotes nº 1 e 2** a licitação será de **AMPLA PARTICIPAÇÃO (para qualquer empresa)**, sendo, porém, garantidas as prerrogativas de preferência das ME's, EPP's e MEI's previstas nas Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014 e suas alterações.
- 4.2 Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas no site www.licitanet.com.br.

4.2.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo **login** e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.

4.2.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
---------	---------	----------	----------

R\$ 165,41	R\$ 211,58	R\$ 288,71	R\$ 407,15
------------	------------	------------	------------

b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 5º da Lei nº 10.520/02.

c) O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

4.3 A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Cacoal.

4.4 Para participação no pregão eletrônico, via internet, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório, ressalvados os casos concernentes à sua regularidade fiscal, na forma prevista pelos arts. 42 e 43, § 1º da Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores.

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93.

4.6 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

4.7 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal-RO, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

4.8 Não poderão participar desta licitação:

- I. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- II. Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- III. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- IV. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município de Cacoal;
- V. Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com o Município de Cacoal;
- VI. Empresa punida com suspensão temporária do direito de licitar e contratar, por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

4.9 A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

4.10 Todas as cópias de documentos apresentados serão consideradas originais nos termos do Decreto Municipal 6.723/2018, Artigo 1, § 2º.

4.11 Serão aceitas somente cópias legíveis.

4.12 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

4.13 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

4.14 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

4.15 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

4.16 O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.17 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/06, 147/2014 e Lei Municipal 3696/2016 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

5.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, via e-mail para o endereço: compras@saaecaccoal.com.br. Ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX69)3443-1207, ou ainda, protocolar o original junto a Superintendência, no horário das 07h30 às 13h30(horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Rua Florianópolis, 1747 - Liberdade em Cacoal/RO - CEP: 76.967-437.

5.1.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

5.1.2 A decisão do Pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação) e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site LICITANET, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

5.1.3 Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

5.2 Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos e as informações adicionais que se fizerem necessárias para a elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, manifestando-se SOMENTE via e-mail compras@saaecacooal.com.br, durante o horário de expediente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacaoal das 07h30 às 13h30 (horário local), (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX69) 3443-1207), e ainda, protocolar o original junto a Superintendência, no horário das 07h:30min. às 13h:30min. (Horário de Rondônia), de segunda-feira a sexta-feira (horário local), situada na Rua Florianópolis, 1747 - Bairro: Liberdade - em Cacaoal/RO - CEP: 76.967-437, devendo o licitante mencionar o número do Pregão, ano e número do processo licitatório.

5.2.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido.

5.3 As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, disponibilizados publicamente a todos os interessados.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.licitanet.com.br.

6.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3 O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na **alínea "a" do subitem 4.2.2**.

6.4 O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadiquência do licitante junto a **LICITANET - Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

6.5 A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET - Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

6.6 As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633** ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

6.7 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.8 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacaoal-RO,

promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.9 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

6.10 Para que possam participar do presente pregão (Como ME-EPP-MEI), bem como gozar dos demais benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que a microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) ou ainda o microempreendedor individual (MEI), no campo próprio trazido pelo sistema, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

7.1.1 Quando do julgamento por Item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.

7.1.2 Quando do julgamento por Lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote desejado, sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.

7.1.3 Quando do julgamento Global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de invalidação da proposta.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

8.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. Valor unitário e total dos itens;
- II. Marca;
- III. Fabricante;
- IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

8.3 A etapa de encaminhamento da documentação será encerrada com a abertura da sessão pública.

8.4 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no **Anexo** deste edital, ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

Ass: _____

Folha nº 268

Processo nº 255/21

8.5 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

8.6 A falsidade da declaração de que trata o 8.5 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

8.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.8 Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.

8.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.10 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, exclusivamente pelo sistema, observado o prazo de 02 (duas) horas, conforme o § 2º do art. 38 do Decreto Federal 10.024/2019.

8.11 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006).

8.12 As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET, implicarão em plena aceitação, por parte do Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

8.13 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.14 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.

8.15 Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no preâmbulo deste edital, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

9.1.1 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "CADASTRO DE PROPOSTA" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.2 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o Pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCCLASSIFICARÁ**.

9.2.1 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

9.2.2 Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3 AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO DURANTE A FASE DE LANCES, SOB PENA DE SEREM **DESCCLASSIFICADAS** DO CERTAME PELO PREGOEIRO.

9.4 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital.

9.5 Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS E/OU LOTES** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.5.1 Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor percentual ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

9.5.2 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e o licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso o licitante permaneça inerte.

9.6 A abertura e da fase de lances "via Internet" será feita pelo Pregoeiro, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa definido no Item 10.

9.7 As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

9.8 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances;

9.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

9.10 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

9.11 Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

9.11.1 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item/lot;

9.11.2 O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta DESCCLASSIFICADA na fase de aceitabilidade;

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1 No presente certame, o modo de disputa será o modo ABERTO E FECHADO, nos termos do Decreto Federal de nº 10.024/2019.

10.2 Modo de Disputa Aberto (Inciso I, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.2.1 O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de R\$ 0,10 (dez centavos) menor que o valor do último lance.

§ 1º - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

§ 2º - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal 10.024/2019, mediante justificativa.

10.3 Modo de Disputa Aberto e Fechado (Inciso II, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º - Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período aleatório de até dez minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º - Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º - Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

11. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

11.1 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1.1 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

11.1.2 Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridos vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

12. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's NO AMBITO MUNICIPAL

12.1 Na disputa de itens de participação Exclusiva ou Cotas Reservadas para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:

Ass.:

12.1.1 Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sediadas local, regional ou estadualmente, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) O item 12 não se aplica ao presente certame, uma vez que o mesmo dar-se-á pela modalidade de Ampla Participação.

13. DO DESEMPATE

13.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do

critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses.

13.1.1 Serão aplicados os mesmos critérios de desempate caso não haja envio de lances na fase competitiva, sendo a proposta inicial considerada como vinculatória caso não tenha sido retirada. (Art. 26, § 6º do Dec. 10.024/2019)

13.2 Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

13.2.1 Na modalidade de pregão, o intervalo percentual será de **5% (cinco por cento)** superior ao melhor preço;

13.2.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

13.3 Em caso de empate entre empresas não declarantes ME/EPP, o sistema automaticamente verificará se existe empresa declarante ME/EPP cujo valor de seu lance é maior ou igual que o lance empatado, mais 5% (cinco por cento).

13.3.1 Caso não exista ou estas não manifestarem interesse persistindo o empate, o sistema desempatará o certame através de sorteio.

13.3.2 Caso exista, o sistema automaticamente convocará a empresa declarante mais bem classificada para apresentar um lance final. Se o valor deste lance for inferior àquele considerado vencedor do certame, o sistema dará como vencedora esta empresa;

13.3.3 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

14.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º Fica estabelecido o prazo de 02 (Duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da Proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação e, se necessário, dos documentos complementares.

§ 3º Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, conforme disposto no Art. 43 do Decreto Federal 10.024/2019, inclusive quando a legislação ou o edital exijam apresentação de planilha de composição de preços.

14.2 Após finalização dos lances, negociações e atualizações dos preços, o Pregoeiro examinará a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO, bem como, se o valor unitário e total encontram-se com no **máximo 02 (duas) casas decimais**:

14.2.1 O Pregoeiro não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SAAE. Vide Decisão nº: 263/2014- PLENO/TCE-RO.

14.2.2 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar para atualização do referido valor, elou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

15. DA PROPOSTA DE PREÇOS DEFINITIVA

15.1 Encerrada a fase de lances e negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida na forma do **Anexo IV - Modelo de Proposta Definitiva**, juntamente com a **Planilha de Composição de Custos (Conforme Anexo II do Termo de Referência)** e a documentação habilitatória complementar (Anexo II), caso haja.

15.1.1 O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

16. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1 Cumpridas as etapas anteriores, o Pregoeiro verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

16.1.1 Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo Pregoeiro, por meio do CHAT MENSAGEM;

16.2 Se a proposta de preços não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

16.3 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

16.3.1 A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

16.4 O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no **ITEM 7.1** deste edital de licitação;

16.5 O pregoeiro poderá solicitar PROSPECTO/FOLDER/CATALOGO/ENCARTES/ FOLHETOS TÉCNICOS OU LINKS OFICIAIS do objeto, objetivando avaliar a compatibilidade do item ofertado, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado;

17. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

17.1 Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

17.1.1 Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

17.1.2 Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

17.1.3 Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, o pregoeiro se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

18. DA HABILITAÇÃO

18.1 A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se no **Anexo II** deste edital.

18.2 A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

18.3 A consulta deverá comprovar que o licitante se encontra regular na data marcada para abertura das propostas.

18.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

18.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

18.6 A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste de informações inverídicas.

18.7 Depois de solicitado pelo pregoeiro, a empresa melhor classificada terá o prazo de até **02 (duas) horas** para enviar a documentação complementar para habilitação através do módulo HabilitaNet.

18.8 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

18.9 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente **INABILITADO**.

18.10 A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo Pregoeiro via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

18.11 Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

18.12 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

18.13 Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desqualificação, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

18.14 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

18.14.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

18.14.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retratação da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

18.15 A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

18.16 Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

18.17 Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dúvida ou pouco objetivo, o pregoeiro poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

18.18 Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o Pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

19. DOS RECURSOS

19.1 Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo de **10 minutos**, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.

19.2 A falta de manifestação, imediata e motivada, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

19.3 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

19.4 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

19.5 Os recursos serão dirigidos à Comissão Permanente de Licitação - CPL, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informados, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

19.6 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da CPL, na Sede do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacaoal - RO, no endereço mencionado anteriormente.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES ADJUDICANDO-O.

20.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.licita.net.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

20.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

20.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

20.5 Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

20.6 Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

21. DA COMUNICAÇÃO COM O FORNECEDOR

21.1 A convocação da licitante será feita através da emissão e encaminhamento da Ata de Registro de Preços e ordem de fornecimento ou outro termo equivalente, à Adjudicatária.

21.2 A convocação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo contrato ou documento equivalente, para impressão, assinatura e devolução via postal. Através do mesmo endereço eletrônico, a CONTRATANTE enviará as comunicações necessárias durante a vigência contratual.

21.3 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail.

21.4 A adjudicatária localizada na cidade de Cacaoal-RO poderá facultativamente entregar na sede do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacaoal, localizada à Rua Florianópolis, 1747 - Liberdade, Cacaoal-RO, no prazo acima estabelecido.

21.5 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa dos documentos por via postal, para assinatura da adjudicatária.

21.6 As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo contratado.

21.7 A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

21.8 Quando o licitante vencedor não receber o documento de contratação depois de notificado, a Administração poderá chamar os licitantes remanescentes para fazê-lo, obedecida a ordem de classificação e examinada a aceitabilidade da proposta classificada quanto ao objeto, valor ofertado e habilitação, podendo inclusive negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

21.9 A recusa da adjudicatária em assinar a ARP no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a a aplicação de penalidade nos termos do item 27 deste Edital.

22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

22.1 O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE do Município de Cacaoal - RO é o gerenciador e o único órgão participante do presente Registro de Preços.

22.2 O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE de Cacoal - RO convocará o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços - ARP (minuta no **ANEXO VI** deste Edital).

22.3 Além do preço do primeiro colocado, poderão ser registrados preços de outros fornecedores, respeitada a ordem de classificação, desde que as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido e devidamente justificado a vantagem, casos em que será exigida a análise da habilitação dos demais licitantes.

22.4 Também poderão os licitantes reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, não prejudicando o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

22.5 As demais regras de administração e utilização da Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação estão definidas na Minuta constante do **Anexo VI** do presente Edital.

22.6 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 5.538/2015.

22.7 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.8 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. (Atualizado pelo Decreto Federal Nº 9.488 de 30 de Agosto de 2018)

22.9 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo o dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem. (Atualizado pelo Decreto Federal Nº 9.488 de 30 de Agosto de 2018)

22.10 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

22.11 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

22.11.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes do presente processo correrão por conta dos recursos consignados nas dotações orçamentárias de cada secretaria, conforme descrito no Item 21.1 do Termo de Referência - Anexo I.

24. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

24.1 O contratado obriga-se a fornecer o objeto a ele adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo no caso de divergência às especificações e condições presentes no Instrumento Convocatório.

24.2 Quaisquer vantagens apresentadas pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, se pertinentes e aceitas pela administração, poderão ser acrescentadas à contratação, passando a constituir-se uma obrigação para o contratado.

24.3 A execução dos compromissos assumidos pela participação no certame, bem como os casos omissos em edital e contrato, regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do art. 55, ambos da Lei nº 8.666/93.

24.4 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Pregão.

24.5 É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração.

24.6 Constituem-se como cláusulas contratuais, a serem observadas durante a execução do objeto, as obrigações do licitante abordadas neste edital, incluídas aquelas pormenorizadamente descritas nos anexos do Instrumento Convocatório.

24.7 O Contratado fica obrigado a aceitar alterações no quantitativo previsto em edital, no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sem que isso implique em alterações de preços contratados, de acordo com o estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93;

24.8 Os valores contratados serão fixos e irredutíveis pelo período de 01 (um) ano, de acordo com a Lei n. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

24.9 Em obediência ao princípio da anualidade da proposta (art. 2º, §1º c/c art. 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001), caberá reajuste de preços sempre que solicitado pela contratada dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta no certame licitatório. Nesses casos, o índice aplicável para o cálculo do reajuste será o IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado).

25. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

25.1 Para todos os termos da presente contratação considera-se Administrador da ARP o Presidente da Comissão Permanente de Licitação do SAAE.

25.2 Para todos os termos da presente contratação considera-se Gestor do contrato o Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, ou qualquer outro servidor formalmente designado pela Administração, ao qual compete dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

26. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

26.1 Em conformidade com o artigo 73, inciso I da Lei nº. 8.666/93, disciplinado pela Portaria nº 543 de 08/06/2016, o objeto da presente licitação será recebido:

- I. **Provisoriamente** – para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante aposição de carimbo de recebimento provisório pelo servidor responsável pelo recebimento, no verso da fatura/nota fiscal ou Termo de Recebimento Provisório; e
- II. **Definitivamente** – será efetuado com a aposição de carimbo no corpo da nota e, quando for o caso, mediante Termo de Recebimento, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo fiscal do contrato (ou comissão).

26.2 Em conformidade com o art. 76 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 69 da Lei de licitação.

26.3 O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído conforme descrito no Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

26.4 Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

26.5 Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, será recebido provisoriamente pelos agentes acima mencionados e em definitivo, após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados.

26.6 Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 77 c/c art. 78, inc. II, da Lei n. 8.666/93, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 87 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

26.7 O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades solicitadas, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários.

26.8 O pagamento será efetuado de acordo com o **Termo de Referência**, ambos contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

26.9 Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

26.10 A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do fiscal do contrato.

26.11 Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

26.12 Faculta-se à Administração, quando viável, a verificação da manutenção dos requisitos de habilitação do contratado através de consulta em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

26.13 O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Município de Cacaóal.

26.14 Sanadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

26.15 O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- I. Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
- II. Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

27. DAS PENALIDADES

27.1 O licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Cacaóal.

27.2 À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescritas pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02).

- I. Advertência;
- II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:

a) No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);

- b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- c) No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;
- d) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho.
- e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
- f) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas "a" e "b", poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
- III. Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:
- a) Pelo descumprimento total, 20% sobre o valor contratado;
- b) Pelo descumprimento parcial, até 10% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida – aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
- c) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto:
- A entrega parcial de materiais os quais, se fracionados, acarretam a alteração de sua substância, têm o seu valor consideravelmente diminuído ou incorre em prejuízo a quem se destina.
 - O atraso injustificado na entrega total do objeto contratado.
 - O atraso injustificado na troca da quantidade total contratada de material danificado, inservível ou divergente do que fora contratado.
 - O atraso ou a recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, Nota de Empenho ou equivalente.

- IV. Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, prevista no artigo 87, III da Lei nº 8.666/93, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas e orientações das Leis de Licitações;
- V. Impedimento de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia, previsto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas e orientações das Leis de Licitações;
- VI. Declaração de Inidoneidade Para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 87, IV, da Lei nº 8.666/93, na forma e hipóteses previstas das Leis de Licitações.

27.3 A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

27.4 A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

27.5 Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

27.6 Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejaria, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

27.7 As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos a contratada.

27.8 Nos termos das Leis de Licitações, será admitida a retenção cautelar de valor devido a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, até o esaurimento do processo administrativo. As multas devidas serão descontadas do valor das faturas para pagamento, ou quando não existir crédito da empresa contratada perante o contratante, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.

27.9 Os procedimentos a serem adotados no âmbito do Município de Cacoal-RO para a apuração de falta contratual no fornecimento de bens e serviços observarão o disposto nas Leis de Licitações.

27.10 Sem prejuízo das sanções já previamente citadas, será considerado ainda o estabelecido no Termo de Referência.

28. DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1 Fica assegurado ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

- Adiar ou suspender a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.saaecacoal.com.br > Portal de Transparência > Licitações e <http://transparencia.saaecacoal.com.br/portaltransparencia/licitacoes> e [www.licitanet.com.br](http://licitanet.com.br), opção "Visualizar/Impugnações/Esclarecimentos/Aviões";
- Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93; e
- Diminuir ou aumentar o quantitativo da licitação.

28.2 29.2 O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal-RO compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

I. A anulação do Pregão induz à do contrato;

II. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da revogação ou anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

28.3 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

28.4 As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

28.5 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

28.6 Havendo quaisquer problemas de ordem técnica, o envio de documentos relacionados ao julgamento da licitação poderá se realizar pelo e-mail institucional compras@saaecacooal.com.br, sendo posteriormente disponibilizados para consulta no site eletrônico www.saaecacooal.com.br, link LICITAÇÃO.

28.7 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

28.8 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente certame.

28.9 Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação, elaborarem propostas e/ou qualquer outra providência relativa à sua participação no presente Pregão Eletrônico.

28.10 Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste Pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

28.11 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

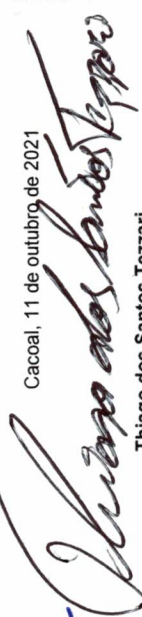
28.12 Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

29. ANEXOS

29.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- ANEXO I - Termo de Referência;**
Anexo I TR - Descrição dos Serviços e Quantitativos
- Anexo II TR - Modelo Planilha Composição de Custos*
- ANEXO II - Condições para Habilitação;**
- ANEXO III - Quadro Estimativa de Custos;**
- ANEXO IV - Modelo de Proposta Comercial;**
- ANEXO V - Modelo de Declaração Conjunta;**
- ANEXO VI - Minuta da Registro de Preço**
- ANEXO VII - Minuta do Contrato**

Cacoal, 11 de outubro de 2021



Thiago dos Santos Tezzari
Presidente do SAAE
Decreto 8.018/PMC/2021

Jhonathan Cardoso Silva
Pregoeiro
Port. 0743/SAE/2021



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS** visando a contratação de empresa para locação e gestão de mão de obra de serviços continuados de limpeza e conservação, apoio operacional e apoio administrativo, para atender as necessidades deste Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

2. DA RELAÇÃO DAS UNIDADES QUE SERÃO ATENDIDAS

2.1. Atender as demandas deste Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, bem como a todos aqueles que utilizam direta e indiretamente dos serviços prestados por esta Autarquia, esta que atende todo o arco municipal e distrital deste município de Cacoal/RO.

2.2. Tal contratação compreende atender os departamentos, chefias, coordenações e supervisão desta Autarquia, de acordo com as suas respectivas necessidades, compreendidos assim, postos de trabalho em regimes de trabalho que serão designados neste Termo de Referência.

2.3. Em especial, a futura contratação visa o atendimento das ETE (Estação de Tratamento e ETA (Estação de Tratamento de Água), unidade de captação e elevatórios, englobando, por conseguinte o atendimento a área Administrativa e Operacional desta Autarquia.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de manutenção, construção, conserto, limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis, copeiragem, recepção, atividades administrativas, incluindo a mão de obra e material de identificação da empresa (uniforme).

3.2. De modo a garantir o suprimento das demandas executadas por esta Autarquia.

3.3. A presente justificativa, realizada observada as questões alinentes as necessidades atuais e futuras, visa motivar a contratação pretendida nestes autos, em atendimento ao que preceitua a Legislação aplicável, em especial o contido nas Leis Federais n. 8.666/93 e 10.520/2002.

3.4. Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidades estimadas no processo, em razão do consumo, foram elaboradas por esta Coordenação de Recursos Humanos, na qualidade de selor demandante destes serviços, de modo a garantir a estimativa de acordo com as requisições necessárias, garantindo responsabilidade perante o uso dos recursos públicos.

3.5. O SAAE, visando a eficiência dos serviços prestados à toda municipalidade e distritos, com a contratação de empresa especializada na gestão e locação de mão de obra de profissionais capacitados com aprimoramento técnico, busca o bem-estar social em diversas áreas correlatas, para que assim, conduza de maneira mais humanitária, acessível e atuante o desenvolvimento desta cidade.

3.6. Uma vez que existe a necessidade de atingir a finalidade pública e assegurar a continuidade de trabalhos, desafogamento das demandas de servidores e auxílio à população que eventualmente busca às instalações das Unidades.

3.7. A presente contratação tem por objetivo assegurar ambiente asseado de maneira que ofereça aos usuários e servidores condições necessárias ao bom desempenho de suas atividades e manter o zelo ao patrimônio público do Município.

3.8. Além do mais, na atual conjuntura desta Autarquia, diante do alto índice em relação à folha de pagamento e a preocupação para que não haja descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação nesses termos faz-se indubitavelmente vantajosa para a Administração Pública.

3.9. A contratação em referência refere-se a serviços a serem executados para este Serviço de Águas que necessitam de ambientes eficientes, acessíveis, com boa manutenção e seguros para melhor atendimento à população.

3.10. Esta contratação atende aos princípios básicos da administração pública, disposto na Constituição Federal, que trata da economicidade e interesse público.

3.11. Onde a administração pública consegue atingir aos seus objetivos com menor custo e maior eficiência através da contratação dos serviços e a permanente fiscalização.

3.12. Considerando a necessidade de investir na melhoria da infraestrutura e recuperação predial pertencentes à esta Autarquia.

3.13. Ademais, em razão da reestruturação predial executando diversas ações pactuadas com o advento dentre elas: as ações programáticas de atendimento e ampliação dos atendimentos por este SAAE.

3.14. Considerando que com a tal contratação contribuirá para a eficiência dos servidores e consumidores desta Autarquia, obviamente beneficiadas possuam ambiente apropriado à saúde e ao bem-estar.

4. DA JUSTIFICATIVA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O Sistema de Registro de Preço Permanente (SRP) torna-se o procedimento mais adequado ao presente processo licitatório, considerando que o serviço na integralidade é um serviço oneroso.

4.2. Assim, as demandas serão empenhadas conforme solicitações desta Autarquia que necessita do serviço, contratando quando as respectivas necessidades surgirem.

4.3. O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com suas necessidades.

4.3. O Registro de Preços é um sistema que visa a uma racionalização nos processos de contratação de compras públicas e de prestação de serviços. Sua finalidade precípua é maximizar o princípio da economicidade, permitindo à Administração Pública celebrar o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade, sempre precedido de licitação, qualquer que seja o valor efetivo a ser praticado em cada situação específica.

4.4. Os serviços serão adquiridos através de **Registro de Preços**, devidamente regulamentado pelo Decreto Nº. 5.538/PMC/2015, por um período de 12 (doze) meses, podendo este ser prorrogável por igual período observado o interesse da CONTRATANTE, nas condições preestabelecidas pelo Decreto mencionado, tendo como pontos que merecem maior destaque:

Art. 17. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

Art. 20. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 21. Quando o preço registrado tomar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador, por meio da Coordenação de Registro de Preços convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Art. 22. Quando o preço de mercado tomar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5. Vale salientar que esse procedimento de compra é adequado, pois não há obrigatoriedade da contratação do total estimado e a Administração poderá efetivar o empenho somente quando houver a necessidade.

4.6. Levando em conta as prerrogativas acima descritas JUSTIFICA-SE a necessidade do registro de preços para pretensa aquisição constante neste termo de referência, conforme discriminação e quantitativos estabelecidos. Sendo que estes compõem uma estratégia de apoio administrativo ao fluxo de atividades na prestação de serviços prestados à população atendida pelo Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Cacaoal.

Dessa forma, conceitua o jurista Hely Lopes Meirelles:

"O Sistema de Registro de Preços - SRP é o conjunto de procedimentos para registro e assinatura em Ata de Preços que os interessados se comprometem a manter por um determinado período, para contratações futuras de compras ou de serviços frequentes, a serem realizadas nas quantidades solicitadas pela Administração e de conformidade com o instrumento convocatório da licitação."

4.7. Trata-se, portanto, de uma ferramenta que tem como objetivo a contratação de serviços e aquisições de bem por meio de compatibilização entre princípios da legalidade e eficiência.

4.8. Sistema de Registro de Preços permite à Administração contratar serviços e adquirir bens de forma célere e eficiente, valendo-se de um cadastro de preços previamente elaborado por meio de licitação, na modalidade pregão eletrônico, conforme legislação 8.666/93, art. 15. *ipsis verbis*:

*As compras, sempre que possível, deverão:

[...]

II - Ser processadas através de sistema de registro de preços;

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições." (grifo nosso)

4.9. Entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações, transformando-se, por isso, em uma alternativa útil para a gestão de contratações pela Administração Pública.

4.10. A adoção ao Sistema de Registro de Preços por esta Administração objetiva os princípios da transparência, economicidade, competitividade, isonomia e ainda melhorias na organização no sistema de consumo e logística, onde podemos almejar o consumo como base somente na mão de obra que será utilizada e necessária, possibilitando um consumo regado e racional, evitando-se eventuais desperdícios e mal uso de recursos públicos.

5. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

5.1. O quantitativo estimado fora levantado por meio de estudo técnico, observada as necessidades atuais e futuras deste Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Cacaoal.

6. DA JUSTIFICATIVA DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços, de suma importância para os serventários deste Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacaoal e população em geral que usufruem dos serviços prestados, justificam-se pela necessidade detalhada:

Do serviço de **Secretaria Administrativa**, CBO: 4110-05:

Visando a celeridade dos trâmites de processos administrativos, a contratação de tal serviço se deve a demandas auxiliares aos serventários do SAAE.

Prestarão as atividades de auxílio a organização e auxílio na elaboração de documentos, eficiência dos trabalhos prestados por esta municipalidade, em conformidade com as requisições do posto de trabalho, faz-se necessária a contratação de tal serviço pela expertise que tal profissional desempenhará diante as demandas a serem colaboradas.

Do serviço de **Secretaria Executiva**, CBO: 2523-05:

Consoante as demandas e necessidades das chefias, faz-se necessária a contratação de serviços de secretariado executivo, dada a inexistência de servidores na referida função, este que consistirá na adoção de medidas de melhorias as práticas administrativas, controle de agenda de sua chefia, organização e produção das atividades administrativas que fora designado.

Do serviço de **Atendente Comercial**, CBO: 4211-05:

A contratação de tal serviço se deve a necessidade de atendimento e condução da população em geral nas unidades, a fundamental requisição de tal cargo se deve ao esclarecimento de dúvidas, resoluções simples de requisições e, caso necessário, o encaminhamento do atendente a caminhos que o levem a resolução de problemas.

Do serviço de **Atendente de Telemarketing**, CBO: 4223-15:

Tal serviço se torna primordial no período atual em virtude as orientações de distanciamento social, preferindo-se que as demandas sejam resolvidas de modo remoto, devendo o contato primordial ser filtrado.

A contratação de tal mão de obra configura o interesse público, a comodidade daqueles que necessitam de informações, de certo a colaboração com os servidores do SAAE, diminuindo a quantidade de demandas, flexibilizando e implantando meio de atendimentos mais interativos.

Do serviço de **Técnico de Segurança do Trabalho**, CBO: 3516-05.

Dada a necessidade de prevenir acidentes e proporcionar aos profissionais maior segurança, a contratação de tal serviço se dá em razão de não possuirmos em nossa ficha funcional tal profissional.

Desse modo, se configura o interesse coletivo em tal contratação, como meio de adaptarmos em resoluções de proteção aos servidores e segurança no trabalho.

Dos serviços de **Projetista/Cadista**, CBO: 3185-10.

Em virtude da necessidade da produção de desenhos técnicos, a necessidade da contratação se dá em virtude das ações programáticas desenvolvidas pela Coordenação de Engenharia e Projetos desta autarquia.

A referida prestação dos serviços, se dará de modo profissional, com a utilização de mecanismos como AutoCAD, Aisbuild, dentre outros tipos de desenhos gráficos da mesma relevância, voltados a construção civil, nas áreas: hidrossanitários, projetista, estrutural e demais.

Dos serviços de **auxiliar de encanador** CBO: 7241-10.

A contratação dessas mãos de obras consiste na promoção de melhorias das Unidades que prestam o atendimento a população, a estes profissionais incumbirá a responsabilidade de realizar reparos, substituições, renovações e consertos em geral nas áreas hidráulicas e elétricas, as requisições de tais serviços compreenderão apenas

Dos serviços de **encarregado de obras**, CBO: 7102-05:

Este profissional atuará com auxílios em geral as necessidades de observância as atividades prestadas de cunho operacional, correlatas a construção civil, reparos, consertos, produção de estruturas de alvenarias e demais estruturas que se fizerem necessárias.

Dos serviços de **auxiliar de pedreiro**, CBO: 7170-20:

Auxiliará o pedreiro e atuará em demandas que o designarem concernentes a demandas da construção civil.

Dos serviços de **auxiliar de limpeza/servente de limpeza**, CBO: 5143-20.

Manter e preservar a limpeza de ambientes, proporcionando um ambiente limpo e aconchegante para os servidores, consumidores e visitantes.

6.2. As atividades desempenhadas pelos servidores terceirizados levarão em conta os dispositivos definidos no CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) e demais legislações, tratados e convenções pertinentes ao serviço a ser prestado, de tal modo que as requisições concernentes à instrução da mão-de obra seja balizada conforme as normas recomendatórias de ocupações.

6.3. O regime de trabalho compreenderá a jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, no período diurno, compreendidos entre os dias de segunda-feira à sexta-feira, com exceções dos feriados nacionais, estaduais, municipais e pontos facultativos.

6.4. O horário de trabalho será definido pelo Departamento demandante, podendo este ser entre às 07h30min às 11h30min com intervalo para almoço de 2 (duas) horas, com retorno às 13h30min até às 17h30min.

6.5. As disposições contidas no item 6.4, poderá ser ajustado em conformidade com as requisições e necessidades do departamento/coordenação requisitante, bem como a ciência do servidor, sempre respeitando as 8 (oito) horas de trabalho diárias e 2 (duas) horas de descanso intrajornada, correspondendo a **totalidade de 40 (quarenta) horas semanais**.

7. DA DIVISÃO EM LOTES

7.1. A organização dos itens em lotes, se justifica em função de uma eventual economia, em observância a realidade do mercado, e assim apresentar um potencial benefício ao erário, considerando que se contratado os fornecimentos em lotes, evidencia o mecanismo de "economia de escala", levando a administração a celebrar contratos mais vantajosos, reduzindo o preço final das contratações, conforme estabelece o § 1º, art. 23, da Lei nº 8.666/93, que:

"As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se **comprovarem técnica e economicamente viáveis**, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à **ampliação da competitividade**, sem perda da economia de escala".

(grifo nosso)

7.2. Assim, não pode a administração, pela conveniência, dividir em itens, fornecimento que possam ser executados em conjunto ou simultaneamente, visto sua similaridade, deixando que várias empresas sejam declaradas vencedoras por itens semelhantes, estes que poderiam estar agrupados em lotes, prejudicando assim, o valor global da proposta, essa devendo ser em **MENOR VALOR POR LOTE**.

7.3. A divisão do Lote 2 (dois), no que diz respeito apenas à contratação de mão de obra e gestão de pessoas para promover a **limpeza e conservação**, versa, precipuamente, atender os dispositivos da Lei 123/06, bem como, atender a gama de empresas enquadradas e cadastradas no Simples Nacional.

Art. 18. (...)

§ 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

(...) VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

7.4. Assim, conclui-se que a atividade de conservação e limpeza de imóveis, por se enquadrar no § 5º-C, VI, do art. 18, da LC 123/2006, não determinará sua exclusão do SIMPLES Nacional.

7.5. Contudo, caso a empresa declarada vencedora seja optante do SIMPLES, ela será excluída de tal condição, considerando que as demais atividades, não se enquadram nas exceções previstas. Desse modo, versando o atendimento da Legislação específica e, o respeito a Lei 8.666/93, que institui o princípio da economicidade como basilar para as aquisições e contratações.

7.6. A referida divisão se sustenta, ainda mais, pois referi-se-a, se vencida a licitação por uma empresa cadastrada no Simples Nacional, economia a esta prefeitura do município de Cacaóal/RO, em virtude da diminuição da arrecadação de impostos e encargos, logo, configura-se o interesse público, nestes termos.

7.7. Desta forma, levando-se em consideração o princípio da economicidade, esta Administração Pública posiciona-se em dividir em Lotes, de modo que, ampliará a participação no referido certame a empresa optante pelo SIMPLES Nacional, de modo que, a economia resultante do referido lote sufla benefício ao erário.

7.8. A referida divisão, encontra-se devidamente fundamentada no que tange a legalidade, como assim vemos, na Lei Geral de Licitações, Nº 8.666/93, in verbis:

